



ESTADO DO PERNAMBUCO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
"Casa Pedro Guedes Pinheiro"

Prestação de Contas Anual

EXERCÍCIO 2017

Administração:
LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA

Endereço Comercial
Rua Severino da Costa
Nogueira, 18 - Centro

Tel: (087) 38501144
Fax: (087) 38501144



**TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE PERNAMBUCO**

RECIBO DE ENTREGA DE PRESTAÇÃO DE CONTAS

CÓDIGO DE RECEBIMENTO ELETRÔNICO Nº 4552/2018

EXERCÍCIO DA PC: 2017

UNIDADE JURISDICIONADA: Câmara Municipal de Brejinho

TIPO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS: Gestão

C.N.P.J. Nº: 24.300.089/0001-70

RECEBEMOS ATRAVÉS DO SISTEMA DE PROCESSO ELETRÔNICO DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO (e-TCEPE), NESTA DATA, A PRESTAÇÃO DE CONTAS DA UNIDADE JURISDICIONADA ACIMA IDENTIFICADA.

Data do envio: 29/03/2018

Hora do envio: 10:16

Responsável pelo envio: Amarildo Correia de Lima

As seguintes informações e documentos foram enviados:

Nome	CPF	Cargo	Função	Início Exercício	Fim Exercício
LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA	060.976.254-05	Gestor/Titular do Órgão/Chefe de Poder	PRESIDENTE	01/01/2017	31/12/2017
SUENIA DE SOUSA COSTA	044.121.044-94	Controle Interno		02/01/2017	31/12/2017
AMARILDO CORREIA DE LIMA	734.699.394-20	Contador		02/01/2017	31/12/2017
LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA	060.976.254-05	Ordenador de Despesa	PRESIDENTE	01/01/2017	31/12/2017

Documento	Usuários que Assinaram
Ofício de encaminhamento da prestação de contas ao TCE - gestão municipal	LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Dados dos ordenadores de despesa, do titular, e de diretores e responsáveis por atos de gestão	LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA AMARILDO CORREIA DE LIMA
Demonstração da Dívida Flutuante	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA

Documento	Usuários que Assinaram
Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão	LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Declaração do controle interno informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades	LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Termo de conferência de caixa	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Mapa demonstrativo consolidado de licitações, dispensas e inexigibilidades	LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos	LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais	LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas	LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao RPPS	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao RGPS	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Demonstrativo que evidencie os gastos efetuados com a folha de pagamento.	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) - SICONFI	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Aplicativo de informações estruturadas do exercício	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA SUENIA DE SOUSA COSTA
Balanço Orçamentário	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA

Documento	Usuários que Assinaram
Balanço Financeiro	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Balanço Patrimonial	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Demonstração das Variações Patrimoniais	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Demonstração dos Fluxos de Caixa - anual	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público	AMARILDO CORREIA DE LIMA LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE	LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Mapa de obras	LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

RESOLUÇÃO TC Nº 25, DE 13 DE DEZEMBRO DE 2017.

Estabelece normas relativas à composição das contas do exercício de 2017 dos presidentes das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais e dos gestores dos órgãos e entidades integrantes das administrações direta e indireta municipais.

O **TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE PERNAMBUCO**, em sessão do Pleno realizada em 13 de dezembro de 2017 e no uso de suas atribuições constitucionais, legais e regimentais, especialmente no disposto no art. 102, XVIII, de sua Lei Orgânica, Lei nº 12.600, de 14 de junho de 2004 e alterações posteriores,

CONSIDERANDO os artigos 70, 71 e 75, da Constituição Federal, os quais estabelecem as competências dos Tribunais de Contas;

CONSIDERANDO a disposição do artigo 30 c/c com artigo 86 da Carta Estadual, que estabelecem as competências do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE);

CONSIDERANDO o disposto na Lei nº 15.092, de 19 de setembro de 2013, que institui o processo eletrônico e dispõe sobre demais usos do meio eletrônico na tramitação de processos, comunicação de atos e transmissão de peças processuais no âmbito do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco (TCE-PE);

CONSIDERANDO as normas da Resolução TC nº 21, de 18 de dezembro de 2013, que dispõe sobre o funcionamento do processo eletrônico no TCE-PE e regulamenta o Sistema Processo Eletrônico do TCE-PE (e-TCEPE);



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

CONSIDERANDO o disposto na Resolução TC nº 11, de 08 de outubro de 2014, que disciplina a implantação da modalidade processual Prestação de Contas em meio eletrônico e dispõe sobre a forma de envio das prestações de contas anuais de Governo e de Gestão;

CONSIDERANDO a Resolução TC nº 04, de 19 de março de 2014, que disciplina a apresentação das prestações de contas anuais e estabelece diretrizes para a seleção e a formalização dos processos de prestação de contas;

CONSIDERANDO que, no âmbito de sua jurisdição, para o exercício de sua competência, assiste ao TCE-PE o poder regulamentar de expedir atos ou instruções sobre matéria de sua atribuição e sobre a organização dos processos que lhe devam ser submetidos, obrigando os jurisdicionados ao seu cumprimento, sob pena de responsabilidade, consoante artigo 4º da Lei Estadual nº 12.600, de 14 de junho de 2004 e alterações posteriores (Lei Orgânica do TCE-PE);

CONSIDERANDO a necessidade de disciplinar a composição das prestações de contas do exercício de 2017 dos presidentes das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais e dos gestores dos órgãos e entidades das Administrações Direta e Indireta municipais, incluindo os gestores dos Regimes Previdenciários Próprios e dos consórcios públicos,

RESOLVE:



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

CAPÍTULO I

DA DOCUMENTAÇÃO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 1º As normas e exigências estabelecidas nesta Resolução e em seus Anexos referem-se à composição das prestações de contas anuais de gestão do exercício de 2017 e aplicam-se aos presidentes das Mesas Diretoras das Câmaras Municipais e aos gestores dos órgãos e entidades integrantes das administrações direta e indireta municipais, compreendidos os Fundos Especiais, as Autarquias, as Fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público Municipal, as Empresas Públicas, as Sociedades de Economia Mista e os Consórcios Públicos.

§ 1º É responsável pela elaboração e apresentação da prestação de contas ao TCE-PE o Gestor Municipal em exercício quando do envio da prestação de contas.

§ 2º Em caso de mudança na gestão do órgão ou entidade municipal, na hipótese de sonegação ou ocultação, pelo antecessor, das informações e documentos necessários à prestação de contas pelo Gestor sucessor, este último deverá adotar as medidas administrativas e judiciais cabíveis para proteger o erário, assim como para compelir seu antecessor a apresentar a documentação e informações que viabilizem a apresentação das contas, não sendo suficiente, para afastamento da corresponsabilidade, a mera alegação de que o antecessor criou embaraços ao cumprimento da sua obrigação de prestar contas da gestão anterior.

§ 3º Prestará contas o Gestor responsável por unidade jurisdicionada municipal, ainda que esta tenha sido extinta durante o exercício de 2017.

Art. 2º As prestações de contas anuais deverão ser apresentadas ao TCE-PE, nos termos da Resolução TC nº 11, de 10 de outubro de 2014, contendo os documentos e informações exigidas pelos Anexos II a X desta Resolução, de acordo com a respectiva natureza jurídica.

§ 1º As prestações de contas de Prefeituras apresentarão as movimentações contábeis e demais informações dos respectivos fundos municipais, e serão instruídas com a



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

documentação exigida no Anexo II desta Resolução, à exceção da Prefeitura da Cidade do Recife, a qual ficará desobrigada de prestar contas individualmente.

§ 2º As prestações de contas dos órgãos e das entidades das administrações direta e indireta da Prefeitura da Cidade do Recife devem ser enviadas na forma do disposto no Anexo I, contendo a documentação exigida nos Anexos III a X.

§ 3º As prestações de contas de Câmaras Municipais, autarquias, fundações públicas, empresas públicas, sociedades de economia mista e consórcios públicos, exceto das unidades identificadas no Anexo I, deverão ser encaminhadas individualmente, contendo a documentação exigida nos Anexos V a IX, respectivamente.

§ 4º As prestações de contas dos regimes previdenciários próprios municipais, exceto o da Cidade do Recife, deverão ser encaminhadas individualmente, independentemente da natureza jurídica adotada, contendo a documentação exigida no Anexo X.

Art. 3º Caso existam unidades gestoras ativas da Prefeitura da Cidade do Recife no exercício da prestação de contas não relacionadas no Anexo I deste ato normativo, essas continuam obrigadas a apresentar suas prestações de contas ao TCE-PE, conforme art. 7º da Resolução TC nº 11, de 08 de outubro de 2014, devendo, ainda, observar os procedimentos previstos nas Resoluções TC nº 28, de 16 de dezembro de 2015 e TC nº 29, de 16 de dezembro de 2015.

Art. 4º Na hipótese de mudança de gestão no mesmo exercício financeiro, a prestação de contas deverá evidenciar a execução orçamentária, financeira e patrimonial dos períodos respectivos.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

CAPÍTULO II

DO PRAZO DE ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 5º As prestações de contas dos gestores dos órgãos e das entidades das Administrações Direta e Indireta Municipais de que trata esta Resolução, exceto das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, deverão ser encaminhadas ao TCE-PE até o dia 31 de março do exercício de 2018.

Art. 6º As Empresas Públicas e as Sociedades de Economia Mista prestarão contas até 15 de maio de 2018.

CAPÍTULO III

DA FORMA DE ENVIO DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

Art. 7º Os documentos referenciados nos Anexos II a X devem ser inseridos no Sistema Processo Eletrônico do TCE-PE (e-TCEPE) e possuir as seguintes características:

I – formato PDF (*Portable Document Format*) convertido a partir de seus arquivos originais (*Word, Excel, LibreOffice, OpenOffice, etc.*), à exceção do item 26 do Anexo V e dos Mapas de Obras constantes dos Anexos II a X, cujos formatos devem ser XLS e ODS, respectivamente;

II – tamanho máximo de 5 MB (*Megabytes*) por arquivo;

III – tamanho máximo de 500 KB (*Kilobytes*) por página de arquivo no formato PDF;

IV – no caso de necessidade de digitalização, a resolução dos documentos deve ser no mínimo 100 *dpi* e no máximo 200 *dpi*, apresentados preferencialmente em preto e branco; e

V – livre de vírus e outras ameaças que possam comprometer a confidencialidade, a disponibilidade e a integridade do sistema e-TCEPE.

§ 1º Serão alimentadas diretamente no sistema e-TCEPE as seguintes informações:

I – dados dos ordenadores de despesa, do titular do órgão ou entidade e de diretores e responsáveis por atos de gestão; e



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

II – dados do contador, devidamente habilitado no Conselho Regional de Contabilidade, responsável pela elaboração das demonstrações contábeis.

§ 2º Nos casos de inexistência de quaisquer informações ou documentos obrigatórios, a autoridade competente deverá apresentar declaração negativa, devidamente justificada, e assinada digitalmente, nos termos do artigo 20 da Resolução TC nº 11, de 08 de outubro de 2014.

§ 3º A declaração negativa referida no parágrafo anterior deverá ser apresentada no mesmo formato (PDF ou ODS) previsto para o item do documento correspondente.

CAPÍTULO IV

**DA DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA DOS RECOLHIMENTOS DE CONTRIBUIÇÕES
PARA OS REGIMES PRÓPRIO E GERAL DE PREVIDÊNCIA**

Art. 8º Os Poderes e órgãos das administrações direta e indireta municipais que efetuarem diretamente despesa com a previdência de seus servidores deverão manter em arquivo específico, à disposição da fiscalização do TCE-PE, a seguinte documentação:

I – resumo mensal consolidado das folhas de pagamento dos segurados vinculados ao Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), agrupados por ativos, inativos e pensionistas, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) número de segurados (ativos, inativos e pensionistas);
- b) somatório da remuneração bruta;
- c) somatório das parcelas integrantes da base de cálculo da contribuição previdenciária dos segurados e do Ente;
- d) valor, em reais, da contribuição do órgão/entidade para o RPPS; e
- e) valor, em reais, da contribuição dos segurados (ativos, inativos e pensionistas) para o RPPS.

II – resumo mensal consolidado das folhas de pagamento dos segurados vinculados ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), contendo as seguintes informações mínimas:



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

- a) número de segurados;
- b) somatório da remuneração bruta;
- c) somatório das parcelas integrantes da base de cálculo da contribuição previdenciária dos segurados e do Ente;
- d) valor, em reais, da contribuição do órgão/entidade para o RGPS; e
- e) valor, em reais, da contribuição dos segurados (ativos, inativos e pensionistas) para o RGPS.

III – comprovantes de repasse das contribuições devidas à unidade gestora do Regime Próprio de Previdência Social (RPPS), distinguindo-se os recolhimentos normais daqueles provenientes de parcelamento, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) identificação do órgão/entidade responsável pelo recolhimento;
- b) competência a que se refere;
- c) base de cálculo das contribuições recolhidas;
- d) valor, em reais, da contribuição dos segurados;
- e) valor, em reais, da contribuição do órgão/entidade;
- f) dedução de benefícios pagos diretamente pelo órgão/entidade;
- g) acréscimos, em caso de pagamento em atraso; e
- h) comprovação de recolhimento, através de autenticação bancária, recibo de depósito, comprovante de transferência ou recibo da unidade gestora do RPPS.

IV – comprovantes de repasse das contribuições devidas ao Regime Geral de Previdência (RGPS/INSS), distinguindo-se os recolhimentos normais daqueles provenientes de parcelamento, contendo as seguintes informações mínimas:

- a) identificação do órgão/entidade responsável pelo recolhimento;
- b) competência a que se refere;
- c) base de cálculo das contribuições recolhidas;
- d) valor, em reais, das contribuições dos segurados;
- e) valor, em reais, da contribuição do órgão/entidade;
- f) dedução de benefícios pagos diretamente pelo órgão/entidade;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

g) acréscimos, em caso de pagamento em atraso; e

h) comprovação de recolhimento, através de autenticação bancária, recibo de depósito ou comprovante de transferência.

V – cópias digitalizadas em CD ou DVD da documentação constante nos incisos I a IV deste artigo.

§ 1º Em relação ao inciso III deste artigo, outros repasses efetuados à unidade gestora do RPPS, tais como aportes ou cobertura de insuficiência financeira, deverão ser comprovados em documentos distintos.

§ 2º Em relação aos incisos III e IV deste artigo, caso haja parcelamento de contribuições previdenciárias, deverá ser utilizado documento distinto para o recolhimento, identificando o Termo do Acordo, o número de parcelas e a data de vencimento.

CAPÍTULO V

DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 9º Ensejarão adoção das providências pertinentes e aplicação das sanções previstas em Lei:

I – a omissão no dever de prestar contas;

II – a apresentação da prestação de contas fora do prazo estabelecido nesta Resolução;

III – a apresentação da prestação de contas com documentação diversa da exigida ou sem as informações determinadas nesta Resolução e nos seus anexos, conforme a respectiva natureza jurídica;

IV – a prestação de contas apresentada com documentos formalizados em modelos diferentes dos definidos nos anexos desta Resolução.

Parágrafo único. Configurada a hipótese prevista no inciso I, deverá ser instaurada Tomada de Contas Especial pela autoridade competente, na forma do estabelecido pelo artigo 36 da Lei Orgânica do TCE-PE, ficando o responsável sujeito às sanções legais pertinentes.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Art. 10. Esta Resolução entra em vigor na data da sua publicação e aplica-se às prestações de contas do exercício de 2017.

Sala das Sessões do Tribunal de Contas do Estado de Pernambuco, 13 de dezembro de 2017.

CARLOS PORTO DE BARROS
Presidente



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO I

Relação das unidades gestoras da Prefeitura da Cidade do Recife cujos responsáveis deverão prestar contas do exercício de 2017

Unidade Gestora da Prefeitura da Cidade do Recife	Conteúdo da PC	Forma de Envio PC	Responsável pelo Envio	Unidade Gestora Principal e Agregadas
Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife	Anexo VI	Agregada	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife, Fundo Financeiro do Recife - RECIFIN, Fundo Previdenciário do Recife - RECIPREV
Câmara Municipal do Recife	Anexo V	Individual	Câmara Municipal do Recife	Câmara Municipal do Recife
Autarquia de Serviços Urbanos do Recife - CSURB	Anexo VI	Individual	Autarquia de Serviços Urbanos do Recife - CSURB	Autarquia de Serviços Urbanos do Recife - CSURB
Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife- CTTU	Anexo VI	Individual	Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife- CTTU	Autarquia de Trânsito e Transporte Urbano do Recife- CTTU
Companhia Recife de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos - RECDA	Anexo VII	Individual	Companhia Recife de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos- RECDA	Companhia Recife de Desenvolvimento e Mobilização de Ativos
Controladoria Geral do Município do Recife	Anexo III	Individual	Controladoria Geral do Município do Recife	Controladoria Geral do Município do Recife
Emprel Empresa Municipal de Informática - EMPREL	Anexo VII	Individual	Emprel Empresa Municipal de Informática - EMPREL	Emprel Empresa Municipal de Informática - EMPREL
Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB	Anexo VI	Individual	Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB	Autarquia de Manutenção e Limpeza Urbana - EMLURB
Autarquia de Urbanização do Recife - URB	Anexo VI	Agregada	Autarquia de Urbanização do Recife - URB	Autarquia de Urbanização do Recife - URB, Fundo de Revitalização do Bairro do Recife, Fundo Municipal do Prezeis Recife



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Fundação de Cultura Cidade do Recife	Anexo VI	Individual	Fundação de Cultura Cidade do Recife	Fundação de Cultura Cidade do Recife
Fundo Municipal do Prezeis Recife	Anexo IV	Agregada	Autarquia de Urbanização do Recife - URB	Autarquia de Urbanização do Recife - URB, Fundo de Revitalização do Bairro do Recife, Fundo Municipal do Prezeis Recife
Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife	Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife e Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife.
Fundo de Incentivo À Cultura do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Cultura do Recife	Secretaria de Cultura do Recife, Fundo de Incentivo À Cultura do Recife
Fundo de Revitalização do Bairro do Recife	Anexo IV	Agregada	Autarquia de Urbanização do Recife - URB	Autarquia de Urbanização do Recife - URB, Fundo de Revitalização do Bairro do Recife, Fundo Municipal do Prezeis Recife
Fundo Especial de Apoio À Procuradoria do Município do Recife	Anexo IV	Agregada	Procuradoria Geral do Município do Recife	Procuradoria Geral do Município do Recife, Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Recife, Fundo Especial de Apoio À Procuradoria do Município do Recife, Recursos sob Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife
Fundo Especial de Incremento À Arrecadação Tributária do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Finanças do Recife	Secretaria de Finanças do Recife, Fundo Especial de Incremento À Arrecadação Tributária do Recife
Fundo Financeiro do Recife – RECIFIN	Anexo X	Agregada	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife, Fundo Financeiro do Recife - RECIFIN, Fundo Previdenciário do Recife - RECIPREV
Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife	Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife, Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife, Fundo Municipal de Assistência Social do Recife, Fundo



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Fundo Municipal de Assistência Social do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife	Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife e Fundo Municipal de Juventude do Recife.
Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Recife	Anexo IV	Agregada	Procuradoria Geral do Município do Recife	Procuradoria Geral do Município do Recife, Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Recife, Fundo Especial de Apoio À Procuradoria do Município do Recife, Recursos sob Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife
Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Planejamento Urbano do Recife	Secretaria de Planejamento Urbano do Recife e Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Recife
Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife	Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife, Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife, Fundo Municipal de Assistência Social do Recife, Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife e Fundo Municipal de Juventude do Recife.
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Infraestrutura e Habitação do Recife.	Secretaria de Infraestrutura e Habitação do Recife e Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Recife.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Fundo Municipal de Investimento Em Infraestrutura Urbana, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Segurança e Desenvolvimento Social do Recife	Anexo IV	Agregada	Gabinete de Projetos Especiais do Recife	Fundo Municipal de Investimento Em Infraestrutura Urbana, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Segurança e Desenvolvimento Social do Recife, Gabinete de Projetos Especiais do Recife
Fundo Municipal de Juventude do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife	Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife, Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife, Fundo Municipal de Assistência Social do Recife, Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife e Fundo Municipal de Juventude do Recife.
Fundo Municipal de Saneamento do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Saneamento do Recife	Secretaria de Saneamento do Recife e Fundo Municipal de Saneamento do Recife.
Fundo Municipal de Saúde do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Saúde do Recife	Secretaria de Saúde do Recife e Fundo Municipal de Saúde do Recife
Fundo Municipal do Meio Ambiente do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife
Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife	Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife, Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife, Fundo Municipal de Assistência Social do Recife, Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife e Fundo Municipal de Juventude do Recife.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Fundo Previdenciário do Recife - RECIPIREV	Anexo X	Agregada	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife	Autarquia Municipal de Previdência e Assistência a Saúde dos Servidores do Recife, Fundo Financeiro do Recife – RECIPIREV, Fundo Previdenciário do Recife – RECIPIREV
Gabinete de Projetos Especiais do Recife	Anexo III	Agregada	Gabinete de Projetos Especiais do Recife	Fundo Municipal de Investimento Em Infraestrutura Urbana, Educação, Saúde, Meio Ambiente, Sustentabilidade, Segurança e Desenvolvimento Social do Recife, Gabinete de Projetos Especiais do Recife
Gabinete de Representação Em Brasília e Relações Internacionais do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete de Representação Em Brasília e Relações Internacionais do Recife	Gabinete de Representação Em Brasília e Relações Internacionais do Recife
Gabinete do Prefeito do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete do Prefeito do Recife	Gabinete do Prefeito do Recife
Gabinete do Vice-prefeito do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete do Vice-prefeito do Recife	Gabinete do Vice-prefeito do Recife
Recursos sob a Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife	Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife, Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife
Recursos sob Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Assuntos Jurídicos do Recife	Procuradoria Geral do Município do Recife, Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Recife, Fundo Especial de Apoio À Procuradoria do Município do Recife, Recursos sob Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife
Recursos sob Gestão da Secretaria de Finanças do Recife	Anexo IV	Agregada	Secretaria de Finanças do Recife	Secretaria de Finanças do Recife, Fundo Especial de Incremento À Arrecadação Tributária do Recife, Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Finanças do Recife
Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife	Secretaria de Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife, Recursos Sob a Gestão da Secretaria de



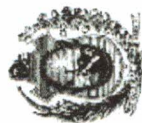
ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

					Planejamento, Administração e Gestão de Pessoas do Recife
Procuradoria Geral do Município do Recife	Anexo III	Agregada	Procuradoria Geral do Município do Recife		Procuradoria Geral do Município do Recife, Fundo Municipal de Defesa do Consumidor do Recife, Fundo Especial de Apoio À Procuradoria do Município do Recife, Recursos sob Gestão da Procuradoria Geral do Município do Recife
Secretaria de Cultura do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Cultura do Recife		Secretaria de Cultura do Recife, Fundo de Incentivo À Cultura do Recife
Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife		Secretaria de Desenvolvimento Social, Juventude, Políticas sobre Drogas e Direitos Humanos do Recife, Fundo Municipal de Direitos Humanos do Recife, Fundo Municipal da Criança e do Adolescente do Recife, Fundo Municipal de Assistência Social do Recife, Fundo Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa do Recife e Fundo Municipal de Juventude do Recife.
Secretaria de Educação do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Educação do Recife		Secretaria de Educação do Recife
Secretaria de Finanças do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Finanças do Recife		Secretaria de Finanças do Recife, Fundo Especial de Incremento À Arrecadação Tributária do Recife, Recursos Sob a Gestão da Secretaria de Finanças do Recife
Secretaria de Governo e Participação Social do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Governo e Participação Social do Recife		Secretaria de Governo e Participação Social do Recife
Gabinete de Imprensa do Recife	Anexo III	Individual	Gabinete de Imprensa do Recife		Gabinete de Imprensa do Recife
Secretaria de Infraestrutura e Habitação do Recife.	Anexo III	Individual	Secretaria de Infraestrutura e Habitação do Recife.		Secretaria de Infraestrutura e Habitação do Recife e Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social do Recife.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife	Secretaria de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Recife
Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife	Secretaria de Mobilidade e Controle Urbano do Recife e Fundo de Desenvolvimento Urbano do Recife.
Secretaria de Mulher do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Mulher do Recife	Secretaria de Mulher do Recife
Secretaria de Planejamento Urbano do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Planejamento Urbano do Recife	Secretaria de Planejamento Urbano do Recife e Fundo Municipal de Desenvolvimento da Economia Popular e Solidária do Recife
Secretaria de Saneamento do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Saneamento do Recife	Secretaria de Saneamento do Recife e Fundo Municipal de Saneamento do Recife.
Secretaria de Saúde do Recife	Anexo III	Agregada	Secretaria de Saúde do Recife	Secretaria de Saúde do Recife e Fundo Municipal de Saúde do Recife
Secretaria de Segurança Urbana do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Segurança Urbana do Recife	Secretaria de Segurança Urbana do Recife
Secretaria de Turismo, Lazer e Esportes do Recife	Anexo III	Individual	Secretaria de Turismo, Lazer e Esportes do Recife	Secretaria de Turismo, Lazer e Esportes do Recife



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO II

Conteúdo da Prestação de Contas da Prefeitura Municipal (Exceto Prefeitura da Cidade do Recife)

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas.	Gestor	PDF
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF
3	Declaração informando os fundos municipais consolidados nos demonstrativos da Prefeitura.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5	Balanço Orçamentário de cada fundo municipal (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
6	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
7	Balanço Financeiro de cada fundo municipal (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
8	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente em 2017, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
9	Balanço Patrimonial de cada fundo municipal (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

	o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.		
10	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
11	Demonstração das Variações Patrimoniais de cada fundo municipal (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
12	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelo constante no anexo XXIII), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
13	Demonstração dos Fluxos de Caixa de cada Fundo Municipal (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas (conforme modelo constante no anexo XXIII), de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
14	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
15	Demonstração da Dívida Fundada de cada fundo municipal (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
16	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

17	Demonstração da Dívida Flutuante de cada fundo municipal (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
18	Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada de cada fundo municipal (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
19	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
20	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada de cada fundo municipal (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
21	Demonstração da despesa realizada de cada fundo municipal, segundo a sua natureza (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
22	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
23	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas de cada fundo municipal, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
24	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF
25	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF
26	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF
27	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
28	Demonstrativo de despesas com eventos comemorativos de carnaval, festas religiosas, emancipação política, São João, São Pedro, micareta, cavalgada, natal, <i>réveillon</i> e outras tradições culturais realizadas pela prefeitura ou com sua contrapartida, correspondente ao Anexo XVII desta Resolução.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
29	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF
30	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos - LICON.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

31	Cópias das Atas de registro de preços vigentes no exercício e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Prefeitura, das quais resultaram em despesas no exercício.	Gestor	PDF
32	Relação dos contratos de gestão firmados no exercício, destacando: nome da Organização Social (OS) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada contrato, além de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados (2,3), nos termos do §1º do art. 3º da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005.	Gestor	PDF
33	Relação dos termos de parceria firmados no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida no art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005 (2,3).	Gestor	PDF
34	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF
35	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	Gestor	PDF
36	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução.	Gestor	PDF
37	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

38	Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
39	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
40	Demonstrativo de recolhimento referente às contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social de cada fundo municipal, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
41	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
42	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO III

Conteúdo da Prestação de Contas das Secretarias da Prefeitura da Cidade do Recife

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas.	Gestor	PDF
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF
3	Balanco Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4	Balanco Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5	Balanco Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
6	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente em 2017, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
7	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
8	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
9	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas por projeto/atividade/ operação especial, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

10	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF
11	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF
12	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF
13	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
14	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF
15	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF
16	Cópias das Atas de registro de preços realizadas pela Secretaria e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Secretaria, das quais resultaram em despesas no exercício.	Gestor	PDF
17	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF
18	Relação dos termos de parceria firmados no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida no art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005 (2.3).	Gestor	PDF
19	Relação dos convênios firmados no exercício, destacando: nome do órgão/entidade concedente, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de convênio.	Gestor	PDF
20	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso;	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

	<p>c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento;</p> <p>d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado;</p> <p>e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público;</p> <p>f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente;</p> <p>g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.</p>		
21	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução.	Gestor	PDF
22	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
23	Relatório de desempenho da gestão, elaborado pela autoridade competente, contendo: a) Resultados (físicos e financeiros) obtidos com os programas finalísticos fixados na LOA, com os esclarecimentos necessários, conforme modelo estabelecido no Anexo XVI desta Resolução. b) Ações promovidas na busca do cumprimento da missão institucional e desempenho da gestão.	Gestor	PDF
24	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO IV

Conteúdo da Prestação de Contas dos Fundos Especiais e Recursos Sob Gestão de Secretaria (Somente os especificados no Anexo I desta Resolução)

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas.	Gestor	PDF
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
6	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
7	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
8	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
9	Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

10	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
11	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
12	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
13	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF
14	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF
15	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF
16	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
17	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF
18	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos - LICON.	Gestor	PDF
19	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF
20	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
21	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
22	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
23	Declaração do presidente do respectivo Conselho Municipal de que a prestação de contas foi analisada e/ou foi emitido parecer sobre as contas do exercício.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

24	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.	Gestor	PDF
----	---	--------	-----



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO V

Conteúdo da Prestação de Contas das Câmaras Municipais

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF
3	Balanco Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4	Balanco Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5	Balanco Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
6	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
8	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

9	Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
10	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
11	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
12	Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público, correspondente ao Anexo XIV desta Resolução.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
13	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF
14	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF
15	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF
16	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
17	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF
18	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF
19	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF
20	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso;	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

	<p>c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento;</p> <p>d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado;</p> <p>e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público;</p> <p>f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente;</p> <p>g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.</p>		
21	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
22	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
23	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
24	Demonstrativo que evidencie os gastos efetuados com a folha de pagamento.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
25	Relatório de Gestão Fiscal referente ao último período de verificação do exercício, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
26	Aplicativo de informações estruturadas do exercício de 2017, devidamente alimentado, conforme modelo e orientações disponíveis em www.tce.pe.gov.br .	Gestor e responsável pela Contabilidade	XLS
27	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO VI

Conteúdo da Prestação de Contas das Antarquias e Fundações Públicas, exceto os regimes previdenciários

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
6	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015..	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
8	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

9	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
10	Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
11	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
12	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
13	Demonstrativo da despesa por unidade orçamentária, detalhada por função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, conforme o vínculo com a respectiva fonte de recursos.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
14	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF
15	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF
16	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF
17	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
18	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF
19	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos - LICON.	Gestor	PDF
20	Cópias das Atas de registro de preços realizadas pela Entidade e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Autarquia ou Fundação, das quais resultaram em despesas no exercício.	Gestor	PDF
21	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

22	<p>Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações:</p> <p>a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos;</p> <p>b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso;</p> <p>c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento;</p> <p>d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado;</p> <p>e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público;</p> <p>f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente;</p> <p>g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.</p>	Gestor	PDF
23	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução.	Gestor	PDF
24	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
25	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
26	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
27	Declaração sobre a existência de fundos especiais e participação em sociedades de economia mista, empresas pública, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios entre municípios ou entidades municipais, citando as denominações, endereços, telefone, horário de funcionamento e respectivos dirigentes (4).	Gestor	PDF
28	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente à prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO VII

Conteúdo da Prestação de Contas das Empresas Públicas

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF
3	Balanço Patrimonial previsto na Lei Federal nº 6.404/76.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4	Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei Federal nº 6.404/76.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido prevista na Lei Federal nº 6.404/76.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
6	Demonstrações dos Fluxos de Caixa prevista na Lei Federal nº 6.404/76.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
7	Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados prevista na Lei Federal nº 6.404/76.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
8	Balancete em 31/12/17, antes do fechamento das contas de resultado.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
9	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF
10	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF
11	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

		Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
12	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.		PDF
13	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF
14	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF
15	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	Gestor	PDF
16	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução.	Gestor	PDF
17	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
18	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
19	Cópias das Atas de registro de preços realizadas pela Entidade e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Empresa, das quais resultaram em despesas no exercício.	Gestor	PDF
20	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores,	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

	evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.		
--	---	--	--



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO VIII

Conteúdo da Prestação de Contas das Sociedades de Economia Mista

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.	Gestor	PDF
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF
3	Balanco Patrimonial previsto na Lei Federal nº 6.404/76.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4	Demonstração do Resultado do Exercício prevista na Lei Federal nº 6.404/76.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5	Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido prevista na Lei Federal nº 6.404/76.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
6	Demonstrações dos Fluxos de Caixa prevista na Lei Federal nº 6.404/76.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
7	Demonstrações dos Lucros e Prejuízos Acumulados prevista na Lei Federal nº 6.404/76.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
8	Balancete em 31/12/17, antes do fechamento das contas de resultado.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
9	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF
10	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF
11	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF
12	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

13	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF
14	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos - LICON.	Gestor	PDF
15	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	Gestor	PDF
16	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução.	Gestor	PDF
17	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
18	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
19	Declaração sobre a existência de fundos especiais e participação em sociedades de economia mista, empresas pública, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios entre municípios ou entidades municipais, citando as denominações, endereços, telefones, horário de funcionamento e respectivos dirigentes (4).	Gestor	PDF
20	Parecer do Conselho Fiscal e, se houver, dos Auditores Independentes.	Gestor	PDF
21	Relação das entidades subsidiárias, coligadas e controladas direta ou indiretamente, incluindo, em cada caso o respectivo percentual de participação no capital.	Gestor	PDF
22	Cópias das Atas de registro de preços realizadas pela Entidade e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pela Sociedade de Economia Mista, das quais resultaram em despesas no exercício.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

23	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.	Gestor	PDF
----	---	--------	-----



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO IX

Conteúdo da Prestação de Contas dos Consórcios Públicos

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas.	Gestor	PDF
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
6	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
8	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
9	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
10	Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
11	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1)	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
12	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
13	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
14	Demonstrativo da despesa por unidade orçamentária, detalhada por função, subfunção, programa, projeto, atividade e operações especiais, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, e modalidade de aplicação, conforme o vínculo com a respectiva fonte de recursos.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
15	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.	Gestor	PDF
16	Relação de todas as contas bancárias, registradas ou ainda não registradas na contabilidade, ainda que não movimentadas no exercício, informando a sua finalidade.	Gestor	PDF
17	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício, ou período de gestão.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
18	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato – LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

19	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos - LICON.	Gestor	PDF
20	Relação das Comissões de Licitação, designadas para o período, contendo números das portarias, nomes completos, funções nas comissões e datas de designação/destituição, extraída do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos - LICON	Gestor	PDF
21	Cópias das Atas de registro de preços realizadas pelo Consórcio e Atas de registro de preços de outros órgãos e entidades aderidas pelo Consórcio, das quais resultaram em despesas no exercício.	Gestor	PDF
22	Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações: a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos; b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso; c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento; d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado; e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público; f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente; g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.	Gestor	PDF
23	Mapa demonstrativo de concessões e PPPs realizadas no exercício, conforme modelo do Anexo XV desta Resolução.	Gestor	PDF
24	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
25	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
26	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
27	Relação dos contratos de rateio vigentes em 2017.	Gestor	PDF
28	Cópias dos contratos de rateio vigentes em 2017.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

		Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
29	Relação dos valores recebidos, com a data do crédito, mediante contrato de rateio.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
30	Relação dos valores recebidos, mediante instrumento diverso do contrato de rateio, com a data do crédito e a indicação do respectivo tipo de instrumento contratual utilizado.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
31	Relação dos valores repassados a terceiros, mediante convênio, termo de parceria, e contrato de gestão, com a data do repasse e a indicação do respectivo tipo de instrumento de contratualização utilizado.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
32	Relação dos contratos de programa vigentes em 2017.	Gestor	PDF
33	Cópias dos contratos de programa vigentes em 2017.	Gestor	PDF
34	Atas das Assembleias Gerais realizadas no exercício.	Gestor	PDF
35	Parecer(es) do Conselho Fiscal e atas das reuniões realizadas no exercício	Gestor	PDF
36	Relatório de atividades do Controle Interno no exercício.	Gestor	PDF
37	Relação das auditorias internas realizadas pela unidade de Controle Interno do consórcio, detalhando-se para cada uma, as medidas tomadas para saneamento das irregularidades porventura identificadas, referidas no relatório de auditoria.	Gestor	PDF
38	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo Controle Interno da unidade jurisdicionada.	Gestor	PDF
39	Quadro discriminando a força de trabalho, apresentando o quantitativo de servidores conforme a natureza do seu vínculo com o consórcio, se, CLT, estatutário, comissionado, à disposição do consórcio, contratado temporariamente, terceirizado, estagiário, ou outra modalidade de vínculo existente.	Gestor	PDF
40	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais instauradas, com a indicação de sua situação ao final do exercício, se concluídas ou não.	Gestor	PDF
41	Demonstrativo referente às Tomadas de Contas Especiais concluídas, que tenham sido instauradas em exercícios anteriores, indicando o exercício de instauração.	Gestor	PDF
42	Relatório integrante da prestação de contas da Organização Social – OS contratada, elaborado nos termos do § 1º, do art. 1º da Resolução TC nº 20/2005, pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados.	Gestor	PDF
43	Parecer do representante legal do consórcio sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem no caso dos contratos de gestão, nos termos do § 1º do art. 3º da Resolução TC nº 20/2005.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

44	Declaração do representante legal do consórcio, em cada caso, de compatibilidade entre as metas propostas no contrato de gestão firmado com a OS e o que ficou pactuado nos contratos de programa.	Gestor	PDF
45	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO X

Conteúdo da Prestação de Contas dos Regimes Previdenciários Próprios, que sejam instituídos sob natureza jurídica de autarquia, fundação ou fundo especial

ITEM	DOCUMENTOS E INFORMAÇÕES GERAIS A CONSTAR DA PRESTAÇÃO DE CONTAS	ASSINADO, NO MÍNIMO, POR	FORMATO DO DOCUMENTO
1	Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas.	Gestor	PDF
2	Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.	Gestor	PDF
3	Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
4	Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
5	Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
6	Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente os balanços do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
7	Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

	com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa (1).		
8	Demonstração da Dívida Fundada (Anexo 16 da Lei Federal nº 4.320/64), apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
9	Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64), apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
10	Comparativo da Receita Orçada com a arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64), apresentando individualmente os comparativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
11	Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
12	Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza, apresentando individualmente as demonstrações do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
13	Demonstrativo da despesa realizada por funções e programas, conforme o vínculo com os respectivos recursos, apresentando individualmente os demonstrativos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, caso o RPPS tenha segregado massa (1).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
14	Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.	Gestor e Controlador Interno	PDF
15	Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.	Gestor e Controlador Interno	PDF
16	Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício, apresentando individualmente os termos de conferência do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor	PDF
17	Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício, apresentando individualmente os documentos do Plano Financeiro e do Plano Previdenciário, caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
18	Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

19	Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos – LICON.	Gestor	PDF
20	Relação dos contratos de gestão firmados no exercício, destacando: nome da Organização Social (OS) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada contrato, além de relatório pertinente à execução do contrato de gestão, contendo comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados (2,3), nos termos do §1º do art. 3º da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005.	Gestor	PDF
21	Relação dos termos de parceria firmados no exercício, destacando: nome da Organização da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIP) qualificada, objeto, data, valor, vigência, eventuais aditamentos e relação de pagamentos efetuados no período para cada termo de parceria, além da documentação exigida no art. 3º, § 2º, da Resolução TC Nº 20/05, de 21 de setembro de 2005 (2,3).	Gestor	PDF
22	Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.	Gestor	PDF
23	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
24	Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
25	Demonstrativo de Informações Previdenciárias e Repasses – DIPR, devidamente preenchido, conforme normativo(s) da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
26	Demonstrativo da Política de Investimentos (DPIN), devidamente preenchido, conforme normativo(s) da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
27	Demonstrativo das Aplicações e Investimento dos Recursos - DAIR, devidamente preenchido, conforme normativo(s) da Secretaria de Previdência do Ministério da Fazenda.	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
28	Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.	Gestor	ODS
29	Declaração sobre a existência de fundos especiais e participação em sociedades de economia mista, empresas pública, fundações (instituídas ou mantidas pelo Poder Público), autarquias, consórcios entre municípios ou entidades municipais, citando as denominações, endereços, telefone, horário de funcionamento e respectivos dirigentes (4).	Gestor	PDF



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

30	Parecer do Conselho Municipal de Acompanhamento e Fiscalização do Fundo Municipal de Previdência, se o RPPS estiver constituído sob a forma de Fundo.	Gestor	PDF
31	Demonstrativo de cumprimento dos limites de alocação dos recursos em moeda corrente do RPPS, por segmento de aplicação, conforme modelo do Anexo XII desta resolução (Portaria MPS nº 402, de 11 de dezembro de 2008 e alterações posteriores).	Gestor	PDF
32	Demonstrativo do valor total da remuneração, proventos e pensões dos segurados vinculados ao regime próprio de previdência social, relativamente ao exercício anterior. (Refere-se a todos os segurados vinculados ao RPPS no município).	Gestor e responsável pela Contabilidade	PDF
33	Termos de acordo de pagamento das contribuições previdenciárias em atraso, apuradas e confessadas, integrado à Prestação de Contas do exercício em que foram firmados, acompanhados de demonstrativo que discrimine, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e o valor total consolidado.	Gestor	PDF
34	Declaração da data do último recenseamento previdenciário realizado, abrangendo todos os aposentados e pensionistas do RPPS.	Gestor	PDF
35	Cópia da Avaliação Atuarial com data base de 31/12 do exercício, apresentando individualmente para o Plano Financeiro e Plano Previdenciário, caso o RPPS tenha segregado massa.	Gestor	PDF
36	Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.	Gestor	PDF

NOTAS DOS ANEXOS II, III, IV, V, VI, VII, VIII, IX, X

Nota 1: Demonstrativos elaborados conforme orientações da Secretaria do Tesouro Nacional (STN) ou de órgão que venha a atuar como Órgão Central de Contabilidade da União.

Nota 2: Conforme o art. 3º, § 2º, da Resolução TC N° 20/05, são exigidos os seguintes documentos:

- a) Comparativo específico das metas propostas com os resultados alcançados;
- b) Demonstração de resultados do exercício;
- c) Balanço Patrimonial;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

d) Demonstração das mutações do patrimônio social;

Demonstrativo das origens e aplicações de recursos, consoante categorias contábeis usadas pela organização e previstas no termo de parceria, item por item, das receitas e despesas efetivamente;

e) Notas explicativas das demonstrações contábeis, caso necessário;

f) Detalhamento das remunerações e benefícios de pessoal a serem pagos, com recursos oriundos ou vinculados ao termo de parceria, a seus diretores, empregados e consultores;

g) Parecer e relatório de auditoria, se for o caso;

h) Comprovante da publicação do extrato da execução física e financeira;

i) Parecer do dirigente máximo do órgão parceiro da OSCIP sobre os resultados da apreciação e supervisão que lhe competem.

Nota 3: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Fundo.

Nota 4: Para o Regime Próprio de Previdência será necessário apenas se estiver instituído sob natureza jurídica de Autarquia ou Fundação.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XI

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RPPS)

Alíquotas de contribuição, previstas na lei municipal nº _____, de ____/____/____

Servidores Ativos: ____%

Inativos e Pensionistas: ____%

Poder, Órgão ou Entidade (contribuição "normal"): ____%

Poder, Órgão ou Entidade (contribuição adicional/compromisso especial): ____%

Data de repasse das contribuições à Unidade Gestora do RPPS (previsão legal): _____



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XI-A

CONTRIBUIÇÃO DOS SERVIDORES ATIVOS, INATIVOS E DOS PENSIONISTAS (RPPS)

BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABILIZAD A	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maior							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
13º Salário							
TOTAL							

Em R\$



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XI-C

CONTRIBUIÇÃO DO ÓRGÃO/ENTIDADE – COMPROMISSO ESPECIAL (RPPS) DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR

Em R\$

BASE DE CÁLCULO	COMPETÊNCIA	VALOR (1)	DEVIDA	CONTRIBUIÇÃO ADICIONAL/ESPECIAL DECORRENTE DE ALÍQUOTA SUPLEMENTAR (7)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
				CONTABILIZAD A	RECOLHIDA (4)		
				PRINCIPAL	ENCARGOS		
	Janeiro						
	Fevereiro						
	Março						
	Abril						
	Maior						
	Junho						
	Julho						
	Agosto						
	Setembro						
	Outubro						
	Novembro						
	Dezembro						
	13º Salário						
	TOTAL						



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

NOTAS DOS ANEXOS XI-A, XI-B e XI-C

- Nota 1:** Conforme folha dos servidores vinculados ao RPPS;
- Nota 2:** Valor descontado em folha dos servidores (ativos, inativos, pensionistas), destinada ao custeio do RPPS;
- Nota 3:** Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses à unidade gestora do RPPS. Neste caso, em nota explicativa a este demonstrativo, devem ser listados os benefícios pagos diretamente pela entidade e seus respectivos valores;
- Nota 4:** Valor repassado à unidade gestora do RPPS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora);
- Nota 5:** Data do vencimento para envio das contribuições previdenciárias ao RPPS, prevista na legislação local;
- Nota 6:** Data em que ocorreu o efetivo repasse (recolhimento) à unidade gestora do RPPS; informar todas as datas, caso o repasse não tenha sido efetuado em parcela única;
- Nota 7:** Compromisso especial para suprir a existência de déficit, tempo de serviço passado ou demais finalidades não incluídas na contribuição normal, e a sua base de incidência;



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XII

DEMONSTRATIVO DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES DE ALOCAÇÃO DOS RECURSOS EM MOEDA CORRENTE DO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA, POR SEGMENTO DE APLICAÇÃO

Segmento de Aplicação	Tipo de Investimento	Limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN)		Em R\$	
		Base Legal	Porcentual	Valor Aplicado	Porcentual Aplicado

Segmento de aplicação: Classificar os tipos de investimento das disponibilidades em moeda corrente (oriundas das receitas correntes e de capital e demais ingressos financeiros auferidos pelo regime próprio de previdência social) de acordo com seu segmento em: renda fixa e renda variável.

Tipo de investimento: Relacionar os tipos de investimento realizados. São exemplos de tipos de investimento: títulos de emissão do tesouro nacional, cotas de fundo de investimento previdenciário, cotas de investimento em renda fixa, depósitos em poupança, cotas de fundos de investimento em ações etc.

Limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Base legal: Citar a base legal do limite de cada tipo de investimento realizado pelo regime próprio, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional. Exemplo: Res. CMN nº xxxxxx/xx, art. xxxxx, inciso xx.

Limite estabelecido pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) - Porcentual: registrar o limite legal para cada tipo de investimento, conforme Resolução do Conselho Monetário Nacional.

Valor Aplicado (RS): Registrar, em Reais, o montante de recursos previdenciários aplicados em cada tipo de investimento.

Porcentual aplicado: Registrar o valor porcentual correspondente a cada tipo de investimento em relação ao total das disponibilidades em moeda corrente.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XIII

DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GERAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (RGPS)

ANEXO XIII-A

CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)

BASE DE CÁLCULO		RETIDA (2)	CONTABILIZAD A	RECOLHIDA (4)		DATA DO VENCIMENTO (5)	DATA DO REPASSE (6)
COMPETÊNCIA	VALOR (1)			PRINCIPAL	ENCARGOS		
Janeiro							
Fevereiro							
Março							
Abril							
Maiο							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
13º Salário							
TOTAL							

Em R\$



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

NOTAS DOS ANEXOS XIII-A e XIII-B

- Nota 1:** Conforme folha dos servidores vinculados ao Regime Geral de Previdência;
- Nota 2:** Valor descontado em folha dos segurados, destinada ao custeio do Regime Geral de Previdência;
- Nota 3:** Benefícios previdenciários pagos diretamente pelo órgão e deduzidos dos repasses ao INSS;
- Nota 4:** Valor repassado ao INSS, apresentando de forma separada o principal (valor devido originalmente) e, quando for o caso, os encargos (valores referentes à multa, juros e outros encargos por mora);
- Nota 5:** Data do vencimento para envio das contribuições previdenciárias à Receita Federal do Brasil, prevista na legislação do RGPS;
- Nota 6:** Data em que ocorreu o efetivo repasse (recolhimento) ao INSS.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XIV

DEMONSTRATIVO DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS - PARTE I DO MCASP			
Adoção do Procedimento Contábeis Orçamentários.			
Ação	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Produto		

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS - PARTE II DO MCASP			
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos demais créditos a receber, bem como dos respectivos encargos, multas e ajustes para perdas.			
Ação	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Produto		

2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Ação	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Produto		

3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas.			
Ação	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Produto		

4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão; reavaliação e redução ao valor recuperável.			
Ação	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Produto		

5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (ex.: 13º salário, férias, etc.).			
Ação	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Subação	Produto		



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Ação	6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.		
Subação	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Ação	7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.		
Subação	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Ação	8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados como intangíveis e eventuais amortização, reavaliação e redução ao valor recuperável.		
Subação	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Ação	PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO - PARTE IV DO MCASP		
Subação	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
Ação	DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO - PARTE V DO MCASP		
Subação	Responsável	Prazo Final	Situação Atual

Obs. 1: As subações devem ser preenchidas a critério do gestor, adequando-as a sua realidade, desde que conexas às diretrizes estabelecidas nas portarias da Secretaria do Tesouro Nacional - STN.

Obs. 2: A informação "Situação Atual" deve ser preenchida com uma das seguintes opções: "Em andamento", "Paralisada", "Não iniciada" ou "Concluída".



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

NOTAS

- (*) Preenchimento obrigatório por toda Unidade que tenha contratos de Concessões ou PPPs;
- (1) Unidade Gestora (Secretarias Estaduais, Empresas Públicas, Autarquias etc.);
- (2) Exercício Financeiro;
- (3) Órgão ou entidade com competência para autorizar despesas ou empenhar;
- (4) Período a que se referem as informações;
- (5) Número da Concorrência-CC, se houver;
- (6) Indicar a modalidade utilizada (Concessão comum, PPP Administrativa ou PPP Patrocinada);
- (7) Identificação, de forma clara e concisa do serviço concedido ou a conceder (tipo de serviço). Deverão estar relacionados todos os serviços concedidos ou a conceder existentes no exercício, precedidos ou não de obra pública;
- (8) Informar a etapa: Projeto em carteira, Autorização de estudo concedida, Estudos em análise, Licitação, Contratada;
- (9) Informar o tipo de procedimento adotado para elaboração dos estudos do projeto: se através de iniciativa da Administração (PMI - Procedimento de manifestação de interesse ou procedimento similar) ou solicitação de estudo diretamente proposto pelo particular;
- (10) CNPJ da(s) empresa(s) autorizada(s) a realizar estudos ou contratada(s) para execução dos serviços;
- (11) Razão Social da(s) empresa(s) autorizada(s) a realizar estudos ou contratada(s) para execução dos serviços;
- (12) Valor do negócio: valor previsto (para etapas: projeto em carteira, autorização de estudo concedido ou estudos em análise), valor estimado (etapa licitação) ou valor contratado;
- (13) Número do contrato e a referência ao ano da contratação. Exemplo: 15/2017 (contrato de número 15 do ano de 2017);
- (14) Data da Ordem de Serviço ou do efetivo início da prestação dos serviços;
- (15) Prazo previsto no termo de contrato, ou documento equivalente, para execução da prestação dos serviços;
- (16) Prazo total aditado (considerando todos os aditivos de prazo para a prestação dos serviços);
- (17) Valor aditado acumulado (somatório de todos os aditivos para a prestação dos serviços);
- (18) Somatório dos valores recebidos no período, referente às tarifas, contraprestação do governo e receitas acessórias;
- (19) Somatório dos valores recebidos desde o início do contrato, referente à tarifas, contraprestação do governo e receitas acessórias;
- (20) Situação que se encontra a prestação dos serviços: não iniciada, em andamento, concluída, paralisada.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XVI

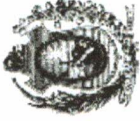
RELATÓRIO DE DESEMPENHO DA GESTÃO

Programa/Ações/ Subação (A)	Dotação autorizada (B)	Despesa liquidada (C)	% C/B (D)	Produto (E)	Meta física prevista (F)	Meta física realizada (G)	Comentários (H)	Indicador do programa (I)
1. Número e nome do Programa na LOA*								
1.1 Ação/Subação								
1.2 Ação/Subação								
1.3 Ação/Subação								
1.4 Ação/Subação								
2.								
2.1								
2.2								

*Discriminar apenas os programas que tem meta prioritária.

NOTAS

- (A) O nome dos programas, ações e subação (se houver) conforme a Lei Orçamentária Anual.
 (B) Dotação orçamentária original + suplementações – cancelamentos ocorridos no exercício financeiro.
 (C) Total da despesa liquidada por programa e ações.
 (D) Percentual alcançado (C/B).
 (E) Produto em relação à meta física estipulada.
 (F) Resultado físico previsto.
 (G) Resultado físico alcançado.
 (H) Esclarecimentos técnicos quanto aos resultados físicos e financeiros (obrigatoriamente quando do não atingimento das metas).
 (I) Indicador previsto para medição do programa.



**ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS**

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XVII

Demonstrativo de despesas com eventos comemorativos de carnaval, festas religiosas, emancipação política, São João, São Pedro, micareta, cavalgada, natal, réveillon e outras tradições culturais realizadas pela prefeitura ou com sua contrapartida

Em R\$

Nome da Festa	Período	Nome das entidades organizadoras (públicas e privadas)*	CNPJ das entidades organizadoras	Valor Gasto pela Prefeitura		Valor das receitas públicas com patrocinadoras (se houver)		Nº dos procedimentos licitatórios
				Previsto/Fixado	Realizado	Previsto	Arrecadado	
TOTAL								

* Em caso de convênios, contratos e parcerias firmados com entidades públicas e/ou privadas, os quais tenham por objetivo a realização de eventos festivos, deve-se informar o nome das entidades que participaram de alguma forma da organização da festa.



ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE CONTAS

Resolução TC nº 25, de 13 de dezembro de 2017

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
Processo TC nº:			
Processo TC nº:			

LEGENDA:

Determinação/Recomendação: elencar, uma a uma, por processo, as determinações ou recomendações contidas nas deliberações (decisões ou acórdãos) emitidas pelo TCE/PE, nos três últimos anos, compreendendo o referente ao da prestação de contas e os dois anteriores.

Situação: informar se a determinação ou recomendação foi cumprida (implementada), implementada parcialmente ou não implementada.

Ações: informar as ações adotadas para implementação da determinação ou recomendação correspondente.

Justificativa: este campo deverá ser preenchido com os esclarecimentos julgados pertinentes em caso de não implementação ou implementação parcial da determinação ou recomendação correspondente.



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

1. Ofício de encaminhamento ao Tribunal de Contas da prestação de contas do exercício.



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

Ofício nº. 18/2018

Brejinho-PE, 09 de Março de 2018.

Excelentíssimo Senhor
Ivan Camelo Rocha
M.D. Inspetor Regional do TC/IRAR-PE

ASSUNTO: Encaminha processo de Prestação de Contas Anual de 2017.

Ao ensejo de cumprimentá-lo, sirvo-me deste para realizar o devido encaminhamento da Prestação de Contas Anual – PCA, correspondente ao Exercício Econômico Financeiro de 2017, nos moldes da Legislação vigente, conforme Termo abaixo:

TERMO DE RESPONSABILIDADE

LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, brasileiro, solteiro, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Brejinho - PE, denominada Casa Pedro Guedes Pinheiro, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita sob o nº. do CNPJ/MF 24.300.089/0001-70, Declaro para os devidos fins de direito que a PCA do Exercício Econômico Financeiro de 2017, da Câmara Municipal de Vereadores, ora encaminhado, contém todos os documentos e informações gerais correspondentes ao determinado na Resolução TC-PE nº. 025/2017 de 13 de dezembro de 2017, em seu anexo V.

É o que tenho a declarar, por ser a expressão da verdade.

Atenciosamente,

Ligekson Sisley de Oliveira Lira
Presidente



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

2. Dados dos ordenadores de despesa e do titular do órgão ou entidade, informando nome, nº do CPF, endereço residencial, cargo/função, ato de designação e de exoneração e período de exercício no cargo/função.



PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.

DADOS DOS ORDENADORES

NOME	LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
CPF/MF	060.976.254-05
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA JOSE GOMES, 37 - BREJINHO.
CARGO/FUNÇÃO	PRESIDENTE
ATO DE DESIGNAÇÃO E EXONERAÇÃO	ATA E TERMO DE POSSE

NOME	MARINA MORAIS DE ARRUDA
CPF/MF	055.570.014-33
ENDEREÇO RESIDENCIAL	RUA 28 DE SETEMBRO, 35 - BREJINHO
CARGO/FUNÇÃO	AGENTE DE TESOURARIA
ATO DE DESIGNAÇÃO E EXONERAÇÃO	001/2017



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO PERNAMBUCO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CASA PEDRO GUEDES PINHEIRO

PUBLICADO E
02/01/17



Jacimone ~~Tolino~~ de ~~Costa~~
Secretária Executiva
CPF/MF: 081.601.724-78

Documento Assinado Digitalmente por: LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, SUELENIA DE SOTUSA COSTA, AMARILDO CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://eicf.ce.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 45d30839-23be-4a1e-b67a-36e9959e4454

PORTARIA Nº 001/2017 Brejinho/PE, 02 de janeiro de 2017

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES DE BREJINHO, Estado de Pernambuco, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto da Lei Orgânica do Município, combinado com o Regimento Interno;

RESOLVE:

Art. 1º. Nomear a pessoa de **MARINA MORAIS DE ARRUDA**, para ocupar o cargo comissionado de **AGENTE DE TESOUREARIA**, símbolo CC-2, com as atribuições contidas no Anexo II, da Lei Municipal Complementar nº 003/2013, de 09/07/2013.

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
- Presidente -

Certifico para os devidos fins que o referido ato administrativo foi devidamente publicado no Quadro de Aviso Oficial deste Poder Legislativo em 02/01/2017, dando efetiva e legal publicidade.

Responsável



CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS PÚBLICOS E PROTESTOS DE ITAPETIM - PE



Qualidade do Título:

Termo de Posse: Sessão Solene de Posse dos Vereadores, Prefeito, Vice - Prefeito eleitos em 02/10/2016 de Brejinho – PE.

Registro:

Livro B-6, às folhas 62v. Nº. 1646.

MARIA ANGELITA COSTA - Tabeliã
Rua Pedro Pereira do Nascimento, s/nº, Centro, Itapetim - PE
Fone-fax (87) 3853-1145



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO PERNAMBUCO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CASA PEDRO GUEDES PINHEIRO

Termo de Posse

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete mais precisamente às 17h00min na Quadra de Esporte da Escola Municipal São Sebastião nesta cidade de Brejinho, Estado de Pernambuco, compareceram os Senhores (as): Prefeita – **Tânia Maria dos Santos**, Vice-Prefeito - **Manoel Pedro Nunes de Oliveira**, Vereadores – **Antonio de Souza Lima**, **Inácio do Nascimento Carvalho**, **Inaldo Piancó Sampaio**, **Ivanildo José de Carvalho Silva**, **José Flavio Emiliano dos Santos**, **Josinaldo Alves da Costa**, **Ligekson Sisley de Oliveira Lira**, **Ronaldo Batista de Almeida** e **Rossinei Cordeiro de Araújo**, para de acordo com os preceitos da lei Orgânica Municipal e do Regimento Interno da Câmara de Vereadores, em Sessão Solene, prestar o juramento constante do Art. 236 da Constituição do Estado de Pernambuco, como de fato o fez, sendo imediatamente empossados nos cargos de Prefeita, Vice-Prefeito e Vereadores para o quadriênio 2017/2020 eleitos no gozo dos seus plenos direitos políticos. Nada mais havendo a tratar encerrou-se o presente termo o qual vai assinado pelos Vereadores acima citados. Eu, **Josinaldo Alves da Costa** -Secretário " AD HOC lavrei o presente termo.

Tânia Maria dos Santos

Manoel Pedro Nunes de Oliveira

Antônio de Souza Lima

Inácio do Nascimento
Carvalho

Inaldo Piancó Sampaio

Ivanildo José de Carvalho
Silva

José Flavio Emiliano dos
Santos

Josinaldo Alves da Costa

Ligekson Sisley de
Oliveira Lira

Ronaldo Batista de
Almeida

Rossinei Cordeiro de
Araújo

Josinaldo Alves da Costa
Secretário da Sessão Solene



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO PERNAMBUCO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CASA PEDRO GUEDES PINHEIRO

Ligekson Sisley de Oliveira Lira

Ronaldo Batista de Almeida

Rossinei Cordeiro de Araújo

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
Titular: MARIA ANGELITA COSTA
Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Ligekson Sisley de Oliveira Lira, Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.ISY05201601.02951 04/01/2017 15:32:07
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
Titular: MARIA ANGELITA COSTA
Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Ronaldo Batista de Almeida, Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.LFQ05201601.02952 04/01/2017 15:32:25
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

Inácio do Nascimento Carvalho
Secretário da Sessão Solene de Posse

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
Titular: MARIA ANGELITA COSTA
Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Rossinei Cordeiro de Araújo, Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.GFM11201601.00867 04/01/2017 15:32:32
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



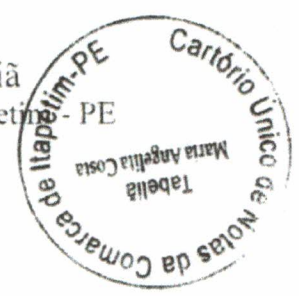
CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS PÚBLICOS E PROTESTOS DE ITAPETIM - PE

Documento Assinado Digitalmente por: LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, SUELENIA DE SOUSA COSTA, AMARILDO CORREIA DE LIMA
Acesse em: <https://eice.ice.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 45d30839-23be-4a1e-b67a-36c9959e4454

Qualidade do Título: Ata da Sessão Solene de Posse do Prefeito, Vice - Prefeito e Vereadores, eleitos em 02/10/2016 de Brejinho – PE.

Registro: Livro A-2, às folhas 181v/182. Nº. 256.

MARIA ANGELITA COSTA - Tabeliã
Rua Pedro Pereira do Nascimento, s/nº, Centro, Itapetim - PE
Fone-fax (37) 3853-1145





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
ESTADO PERNAMBUCO
CÂMARA MUNICIPAL DE VEREADORES
CASA PEDRO GUEDES PINHEIRO

Ata da Sessão Solene de Posse do Prefeito, Vice-prefeito e Vereadores, Eleitos em dois de outubro de 2016 para o Quadriênio 2017/2020 e Eleição da Nova Mesa Diretora deste Parlamento para o Biênio 2017/2018. Em 01 de janeiro de 2017.

No primeiro dia do mês de janeiro do ano de dois mil e dezessete, às dez horas da manhã, na Sede do Poder Legislativo, situado na Rua Severino da Costa Nogueira, nº 18, Centro, nesta Cidade de Brejinho, Estado de Pernambuco, reuniram-se em sessão solene sob a presidência do Vereador **Ivanildo José de Carvalho Silva** em conformidade com o art. 17, parágrafo 1º e 3º, da Lei Orgânica Municipal e Regimento Interno desta Casa de Leis para empossar os cargos de Prefeita, Vice-Prefeito e Vereadores, eleitos em dois de outubro de dois mil e dezesseis para o quadriênio 2017 a 2020, como também para a realização da eleição da nova Mesa Diretora da Câmara Municipal de Vereadores para o biênio 2017/2018. Iniciando os trabalhos em nome de Deus e do povo, o senhor Presidente Interino saudou a todos os presentes e em seguida deu por instalada a sessão. Após compor a mesa, convocou o Vereador **Inácio do Nascimento Carvalho** para secretaria-lo "AD HOC" na realização dos trabalhos e procedimentos da posse dos presentes em seguida explicou os procedimentos a serem utilizados no presente ato, de acordo com o que determina a Lei Orgânica Municipal. Prosseguindo, após verificar a presença de todos os Vereadores eleitos, os Senhores: **Antônio de Souza Lima, Inácio do Nascimento Carvalho, Inaldo Piancó Sampaio, Ivanildo José de Carvalho Silva, José Flávio Emiliano dos Santos, Josinaldo Alves da Costa, Ligekson Sisley de Oliveira Lira, Ronaldo Batista de Almeida e Rossinei Cordeiro de Araújo**. Estando os mesmos com sua situação regular perante a justiça eleitoral, devidamente diplomados, o Senhor Presidente convidou o Vereador **Ligekson Sisley de Oliveira Lira**, para proferir o ato de juramento. Continuando o Senhor Presidente fez a chamada nominal dos Vereadores para que se apresentassem e tomassem posse assinando o Termo de posse. Empossados e seguindo o que determina a Lei Orgânica Municipal no seu Art. 17 parágrafos 6º, apresentando suas declarações de bens. Continuando o Senhor Presidente convidou a Senhora Prefeita Eleita **Tânia Maria dos Santos**, e o Senhor Vice-prefeito **Manoel Pedro de Oliveira** a se fazerem presentes e proferir o juramento conforme trata o Artigo 236 da Constituição do Estado, tomaram posse e apresentaram a declaração de bens em cumprimento à Lei, para que fiquem arquivadas na Secretaria da Câmara Municipal de Vereadores de acordo com as disposições da legislação eleitoral vigente. Ato contínuo o Senhor Presidente deu por empossados a Prefeita e Vice-prefeito para o exercício 2017/2020 (dois mil e dezessete a dois mil e vinte). Em seguida facultou a palavra por cinco minutos a cada um dos vereadores indicados pela bancada que assim queiram manifestar-se, cumprindo assim o Art. 9º parágrafo 5º. Fazendo uso da mesma, por ordem alfabética, os Senhores Vereadores inscritos na ordem fizeram uso da palavra de início saudando a todos os presentes no recinto, em seguida realizaram os agradecimentos e prosseguindo finalizaram desejando a todos os presentes um feliz ano novo. Retomando os trabalhos o Senhor Presidente deu continuidade a sessão, e nos termos do parágrafo 3º do artigo 9º do regimento interno da Câmara municipal de Vereadores comunicou que seria realizada a eleição para a escolha da mesa diretora da Câmara, esclarecendo que até o momento havia sido apresentada e devidamente registrada duas chapas, assim constituídas: Chapa 01 Presidente: **Ligekson Sisley de Oliveira Lira**; 1º (primeiro) Secretário **Josinaldo Alves da**



CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

Registrado sob o n° 1646 no Livro B-6 às folhas n° 62v, no dia 04.01.2017. Itapetim, 04 de Janeiro de 2017. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.YAQ10201501.03520 04/01/2017 16:09:06
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



West

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

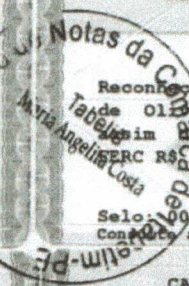
Reconheço a firma por semelhança de Tânia Maria dos Santos. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.WTW11201601.00868 04/01/2017 15:32:39
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Manoel Pedro Nunes de Oliveira. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.IIU11201601.00869 04/01/2017 15:32:44
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



West

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Antônio de Souza Lima. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.MRV11201601.00870 04/01/2017 15:32:55
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Inácio do Nascimento Carvalho. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.ZZR11201601.00871 04/01/2017 15:32:57
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



West

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Inaldo Piancó Sampaio. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.MUI11201601.00872 04/01/2017 15:33:03
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Ivanildo José de Carvalho Silva. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.CAD11201601.00873 04/01/2017 15:33:10
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



West

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

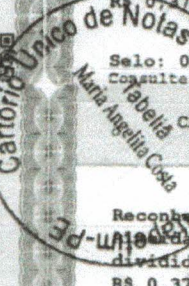
Reconheço a firma por semelhança de José Flávio Emiliano dos Santos. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.VOC11201601.00874 04/01/2017 15:33:16
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Josinaldo Alves da Costa. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.EER11201601.00875 04/01/2017 15:33:23
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



West

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

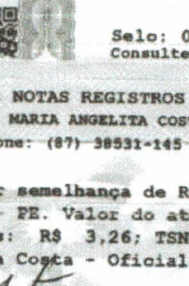
Reconheço a firma por semelhança de Ligekson Sisley de Oliveira Lira. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.RJY11201601.00876 04/01/2017 15:33:31
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Ronaldo Batista de Oliveira. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.SFD11201601.00877 04/01/2017 15:33:37
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



West

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Rossineia Bordeiro de Araújo. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

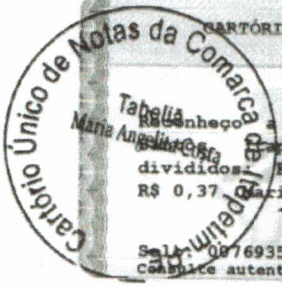
Selo: 0076935.BVL11201601.00878 04/01/2017 15:33:44
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
 Titular: MARIA ANGELITA COSTA
 Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Ronaldo Batista de Oliveira. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.SFD11201601.00877 04/01/2017 15:33:37
 Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital

West



CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
Titular: MARIA ANGELITA COSTA
Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Tânia Maria dos
Santos Lima. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim
divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC
R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

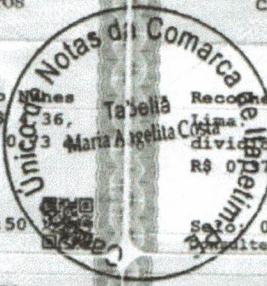
Selo: 0076935.RMN05201601.02943 04/01/2017 15:30:15
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
Titular: MARIA ANGELITA COSTA
Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Manoel Pedro
de Oliveira. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim
divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC
R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.QSP05201601.02944 04/01/2017 15:30:50
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
Titular: MARIA ANGELITA COSTA
Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Antônio de Souza
Lima. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim
divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC
R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.DYR05201601.02945 04/01/2017 15:30:56
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
Titular: MARIA ANGELITA COSTA
Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Inácio
Nascimento Carvalho. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36,
assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC
R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.EDU05201601.02946 04/01/2017 15:31:00
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
Titular: MARIA ANGELITA COSTA
Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Inaldo Piancó
Sampaio. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim
divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC
R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.GOP05201601.02947 04/01/2017 15:31:08
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
Titular: MARIA ANGELITA COSTA
Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Ivanildo José de
Carvalho Silva. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36,
assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC
R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.ZMN05201601.02948 04/01/2017 15:31:00
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
Titular: MARIA ANGELITA COSTA
Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de José Flávio
Miliano dos Santos. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36,
assim divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC
R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.JVR05201601.02949 04/01/2017 15:31:20
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital



CARTÓRIO ÚNICO DE NOTAS REGISTROS E PROTESTOS
Titular: MARIA ANGELITA COSTA
Telefone: (87) 38531-145

Reconheço a firma por semelhança de Josinaldo Alves da
Costa. Itapetim - PE. Valor do ato R\$ 4,36, assim
divididos: Emolumentos: R\$ 3,26; TSNR R\$ 0,73 e FERC
R\$ 0,37. Maria Angelita Costa - Oficiala.

Selo: 0076935.BVV05201601.02950 04/01/2017 15:31:26
Consulte autenticidade em www.tjpe.jus.br/selodigital





**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

3. Balanço Orçamentário (Anexo 12 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício.



Câmara Municipal de Brejinho
Camara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Balanços Gerais - Exercício de 2017

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Receitas Correntes (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
1.1.0.0.00.00 - Receita Tributária	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00 - Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.0.0.00.00 - Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - Receita de Serviços	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.00 - Transferências Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital (II)	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.0.0.00.00 - Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00 - Amortização de Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Correntes Intraorçamentárias (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
7.1.0.0.00.00 - Receita Tributária Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00
7.2.0.0.00.00 - Receitas de Contribuições Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
7.3.0.0.00.00 - Receita Patrimonial Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00
7.4.0.0.00.00 - Receita Agropecuária Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00
7.5.0.0.00.00 - Receita Industrial Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00
7.6.0.0.00.00 - Receita de Serviços Intraorçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00
7.7.0.0.00.00 - Transferências Correntes Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
7.9.0.0.00.00 - Outras Receitas Correntes Intraorçamentárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Capital Intraorçamentárias (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos Arrecadados em Exercícios Anteriores (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + II + III + IV + V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito / Refinanciamento (VII)	0,00	0,00	0,00	0,00



Câmara Municipal de Brejinho
Camara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Balancos Gerais - Exercício de 2017

RECEITAS ORÇAMENTÁRIAS	Previsão Inicial (a)	Previsão Atualizada (b)	Receitas Realizadas (c)	Saldo (d) = (c-b)
Operações de Crédito / Refinanciamento (VII)				
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (VIII) = (VI + VII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Déficit (IX)			921.142,88	
TOTAL (X) = (VIII + IX)	0,00	0,00	921.142,88	921.142,88
Saldos de Exercícios Anteriores (Utilizados Para Créditos Adicionais)				
Superávit Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00
Reabertura de Créditos Adicionais	0,00	0,00	0,00	0,00



Câmara Municipal de Brejinho
Câmara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Balanços Gerais - Exercício de 2017

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Despesas Correntes (XI)	872.700,00	921.142,88	921.142,88	921.142,88	921.142,88	0,00
3.1.00.00 - Pessoal e Encargos Sociais	673.000,00	697.748,56	697.748,56	697.748,56	697.748,56	0,00
3.1.90.04 - Contratação por Tempo Determinado	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.1.90.11 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	550.000,00	576.651,73	576.651,73	576.651,73	576.651,73	0,00
3.1.90.13 - Obrigações Patronais	115.000,00	121.096,83	121.096,83	121.096,83	121.096,83	0,00
3.2.00.00 - Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.00.00 - Outras Despesas Correntes	199.700,00	223.394,32	223.394,32	223.394,32	223.394,32	0,00
3.3.90.14 - Diárias - Civil	6.000,00	2.860,00	2.860,00	2.860,00	2.860,00	0,00
3.3.90.30 - Material de Consumo	16.000,00	21.882,95	21.882,95	21.882,95	21.882,95	0,00
3.3.90.35 - Serviços de Consultoria	90.000,00	98.200,00	98.200,00	98.200,00	98.200,00	0,00
3.3.90.36 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	10.000,00	16.390,50	16.390,50	16.390,50	16.390,50	0,00
3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	25.000,00	29.694,78	29.694,78	29.694,78	29.694,78	0,00
3.3.90.92 - Despesas de Exercícios Anteriores	700,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
3.3.90.93 - Indenizações e Restituições	52.000,00	54.366,09	54.366,09	54.366,09	54.366,09	0,00
Despesas de Capital (XII)	48.450,00	7,12	0,00	0,00	0,00	7,12
4.4.00.00 - Investimentos	48.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.51 - Obras e Instalações	13.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.4.90.52 - Equipamentos e Material Permanente	35.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.5.00.00 - Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
4.6.00.00 - Amortização da Dívida	450,00	7,12	0,00	0,00	0,00	7,12
4.6.90.71 - Principal da Dívida Contratual Resgatado	450,00	7,12	0,00	0,00	0,00	7,12
Reserva de Contingência (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reserva do RPPS (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL DAS DESPESAS (XV) = (XI + XII + XIII + XIV)	921.150,00	921.150,00	921.142,88	921.142,88	921.142,88	7,12
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XVI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



Câmara Municipal de Brejinho
Camara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
Balanços Gerais - Exercício de 2017

DESPESAS ORÇAMENTÁRIAS	Dotação Inicial (e)	Dotação Atualizada (f)	Despesas Empenhadas (g)	Despesas Liquidadas (h)	Despesas Pagas (i)	Saldo da Dotação (j) = (f-g)
Amortização da Dívida/ Refinanciamento (XVI)						
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XVII) = (XV + XVI)	921.150,00	921.150,00	921.142,88	921.142,88	921.142,88	7,12
Superávit (XVIII)						7,12
TOTAL (XIX) = (XVII + XVIII)	921.150,00	921.150,00	921.142,88	921.142,88	921.142,88	7,12



Câmara Municipal de Brejinho
Camara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS
Balancões Gerais - Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Acesse em: <https://etec.tcepe.gov.br/validaDocumento.asp?Codigo=2c5994ad-62cf-4003-a06e-70608a4db02d>

Inscritos						
Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Liquidados (c)	Pagos (d)	Cancelados (e)	Saldo (f) = (a + b - d - e)	
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	



Câmara Municipal de Brejinho
Camara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO - EXECUÇÃO DE RESTOS A PAGAR PROCESSADOS E NÃO PROCESSADOS LIQUIDADOS
Balancões Gerais - Exercício de 2017

Inscritos

	Em Exercícios Anteriores (a)	Em 31 de Dezembro do Exercício Anterior (b)	Pagos (c)	Cancelados (d)	Saldo (e) = (a + b - c - d)
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

4. Balanço Financeiro (Anexo 13 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.



Câmara Municipal de Brejinho
Camara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade
BALANÇO FINANCEIRO
Balanços Gerais - Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/emp/validaDoc.seam> Código do documento: 25b1bbd6-545e-4525-a8e7-b1fc335b34eb

INGRESSOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Orçamentária (I)			
Ordinária			
Vinculada			
Recursos Vinculados à Educação		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RPPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Previdência Social – RGPS		0,00	0,00
Recursos Vinculados à Seguridade Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Recebidas (II)		921.150,00	861.079,24
Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		921.150,00	861.079,24
Transferências Recebidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Recebidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Recebimentos Extraorçamentários (III)		198.116,99	158.331,02
Inscrição de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Inscrição de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		198.116,99	158.331,02
Outros Recebimentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo do Exercício Anterior (IV)		0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (V) = (I + II + III + IV)		1.119.266,99	1.019.410,26



DISPÊNDIOS

	Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
Despesa Orçamentária (VI)		921.142,88	821.926,02
Ordinária		921.142,88	821.926,02
Vinculada		0,00	0,00
Recursos Destinados à Educação		0,00	0,00
Recursos Destinados à Saúde		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social – RPPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Previdência Social – RGPS		0,00	0,00
Recursos Destinados à Seguridade Social		0,00	0,00
Outras Destinações de Recursos		0,00	0,00
Transferências Financeiras Concedidas (VII)		7,12	39.153,24
Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária		7,12	39.153,22
Transferências Concedidas Independentes de Execução Orçamentária		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RPPS		0,00	0,00
Transferências Concedidas para Aportes de recursos para o RGPS		0,00	0,00
Pagamentos Extraorçamentários (VIII)		198.116,99	158.331,02
Pagamentos de Restos a Pagar Não Processados		0,00	0,00
Pagamentos de Restos a Pagar Processados		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		198.116,99	158.331,02
Outros Pagamentos Extraorçamentários		0,00	0,00
Saldo para o Exercício Seguinte (IX)		0,00	0,00
Caixa e Equivalentes de Caixa		0,00	0,00
Depósitos Restituíveis e Valores Vinculados		0,00	0,00
TOTAL (X) = (VI + VII + VIII + IX)		1.119.266,99	1.019.410,26

Amarildo Correia de Lima
TC CRC PE 022467/O-8



Câmara Municipal de Brejinho
Camara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade
BALANÇO FINANCEIRO
Balancos Gerais - Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 25b1ebd6-545e-4525-a8c7-b1fc335b34eb

DISPÊNDIOS

Nota	Exercício Atual	Exercício Anterior
LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA PRESIDENTE		



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

5. Balanço Patrimonial (Anexo 14 da Lei Federal nº 4.320/64), acompanhado das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.



Câmara Municipal de Brejinho
Camara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade
BALANÇO PATRIMONIAL

Balanços Gerais - Exercício de 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
ATIVO		
Ativo Não Circulante		
1.2.0.0.0.00.00 - Ativo não Circulante	98.836,85	98.836,85
1.2.1.0.0.00.00 - Ativo Realizável a Longo Prazo	1.205,90	1.205,90
1.2.1.2.0.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo (Realizável a Longo Prazo)	1.205,90	1.205,90
1.2.1.2.1.00.00 - Demais Créditos e Valores a Longo Prazo - Consolidação	1.205,90	1.205,90
1.2.1.2.1.04.00 - Créditos por Danos ao Patrimônio Provenientes de Créditos Administrativos	1.205,90	1.205,90
1.2.3.0.0.00.00 - Imobilizado	97.630,95	97.630,95
1.2.3.1.0.00.00 - Bens Moveis	97.630,95	97.630,95
1.2.3.1.1.00.00 - Bens Móveis - Consolidação	97.630,95	97.630,95
Total do Ativo Não Circulante	98.836,85	98.836,85
TOTAL DO ATIVO	98.836,85	98.836,85



Câmara Municipal de Brejinho
Câmara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade
BALANÇO PATRIMONIAL

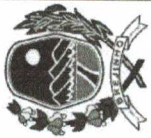
Balanços Gerais - Exercício de 2017

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercício Anterior

Exercício Atual

	Exercício Anterior	Exercício Atual
Passivo Circulante		
2.1.0.0.0.0.00 - Passivo Circulante	1.185,43	1.185,43
2.1.8.0.0.0.00 - Demais Obrigações a Curto Prazo	1.185,43	1.185,43
2.1.8.8.0.0.00 - Valores Restituíveis	1.185,43	1.185,43
2.1.8.8.1.0.0.00 - Valores Restituíveis - Consolidação	1.185,43	1.185,43
Total do Passivo Circulante	1.185,43	1.185,43
Patrimônio Líquido		
2.3.0.0.0.0.00 - Patrimônio Líquido	97.651,42	97.651,42
2.3.7.0.0.0.00 - Resultados Acumulados	97.651,42	97.651,42
2.3.7.1.0.0.00 - Superávits ou Déficits Acumulados	97.651,42	97.651,42
2.3.7.1.1.0.0.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Consolidação	(615.472,05)	(615.472,05)
2.3.7.1.1.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	(692.743,91)	(692.743,91)
2.3.7.1.1.02.00 - Superávits ou Déficits de Exercícios Anteriores	77.356,96	77.356,96
2.3.7.1.1.03.00 - Ajustes de Exercícios Anteriores	(85,22)	(85,22)
2.3.7.1.2.0.0.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Intra OFSS	0,00	0,00
2.3.7.1.2.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	921.142,88	921.142,88
2.3.7.1.3.0.0.00 - Superávits ou Déficits Acumulados - Inter OFSS - União	821.926,02	821.926,02
2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	(108.802,83)	(108.802,83)
2.3.7.1.3.01.00 - Superávits ou Déficits do Exercício	(108.802,83)	(108.802,83)
Total do Patrimônio Líquido	97.651,42	97.651,42
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	98.836,85	98.836,85



Câmara Municipal de Brejinho
Câmara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade
BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DOS ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS E PERMANENTES (Lei nº 4.320/1964)
Balanços Gerais - Exercício de 2017

Documento assinado digitalmente por: MARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Acesse em: <https://atcc.tce.ce.gov.br/app/calculaDoc.jspx> com Código do documento: 8c8d15aa-56a7-4997-b1fb-ea807e654346

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Ativo (I)		
Ativo Financeiro	0,00	000,00
Ativo Permanente	98.836,85	98.836,85
Total do Ativo	98.836,85	98.836,85
Passivo (II)		
Passivo Financeiro	1.185,43	1.185,43
Passivo Permanente	0,00	000,00
Total do Passivo	1.185,43	1.185,43
Saldo Patrimonial (III) = (I - II)	97.651,42	97.651,42



Câmara Municipal de Brejinho
Camara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade

BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DAS CONTAS DE COMPENSAÇÃO (Lei nº 4.320/1964)
Balanços Gerais - Exercício de 2017

Documento assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Acesse em: <https://etec.tce.pe.gov.br/epp/validarDoc.aspx?codigo=8c8d15aa-56a7-4997-b1fb-ca807e654346>

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Atos Potenciais Ativos		
Garantias e Contragarantias recebidas	0,00	0,00
Direitos Conveniados e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Direitos Contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais ativo	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Ativos	0,00	0,00
Atos Potenciais Passivos		
Garantias e Contragarantias concedidas	0,00	0,00
Obrigações conveniadas e outros instrumentos congêneres	0,00	0,00
Obrigações contratuais	0,00	0,00
Outros atos potenciais passivos	0,00	0,00
Total dos Atos Potenciais Passivos	0,00	0,00



Câmara Municipal de Brejinho
Camara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade
BALANÇO PATRIMONIAL - QUADRO DO SUPERÁVIT / DÉFICIT FINANCEIRO (Lei nº 4.320/1964)
Balanços Gerais - Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Acesso em: <https://etce.ccm.br/pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 8c8d15aa-56a7-4997-b1fb-ea807e654346

	Exercício Atual	Exercício Anterior
--	-----------------	--------------------

Fontes de Recursos
RECURSOS ORDINÁRIOS – (NÃO VINCULADOS)

	921.142,88	821.926,02
	921.142,88	821.926,02

000013

Total das Fontes de Recursos

Amarildo Correia de Lima
TC CRC PE 022467/O-8

LIGEKSON SISLEY DE
OLIVEIRA LIRA
PRESIDENTE



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

6. Demonstração das Variações Patrimoniais (Anexo 15 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro das Variações Patrimoniais Qualitativas, ambos no modelo analítico, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.



	Exercício Atual	Exercício Anterior
--	-----------------	--------------------

Variações Patrimoniais Aumentativas

Transferências e Delegações Recebidas		
4.5.0.0.0.0.00 - Transferências e Delegações Recebidas		
4.5.1.0.0.0.00 - Transferências Intragovernamentais		
4.5.1.1.0.0.00 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária		
4.5.1.1.2.00.00 - Transferências Recebidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS		

Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)

921.150,00	861.079,24
921.150,00	861.079,24
921.150,00	861.079,24
921.150,00	861.079,24
921.150,00	861.079,24
921.150,00	861.079,24



Variações Patrimoniais Diminutivas

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Pessoal e Encargos	697.748,56	626.908,79
3.1.0.0.0.0.0 - Pessoal e Encargos	697.748,56	626.908,79
3.1.1.0.0.0.0 - Remuneração a Pessoal	576.651,73	518.106,94
3.1.1.2.0.0.0 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS	576.651,73	518.106,94
3.1.1.2.1.0.0 - Remuneração a Pessoal Ativo Civil - Abrangidos pelo RGPS - Consolidação	576.651,73	518.106,94
3.1.2.0.0.0.0 - Encargos Patronais	121.096,83	108.802,85
3.1.2.2.0.0.0 - Encargos Patronais - RGPS	121.096,83	108.802,85
3.1.2.2.3.0.0 - Encargos Patronais - RGPS - Inter OFSS - União	121.096,83	108.802,85
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	169.028,23	126.637,47
3.3.0.0.0.0.0 - Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	169.028,23	126.637,47
3.3.1.0.0.0.0 - Uso de Material de Consumo	21.882,95	20.321,00
3.3.1.1.0.0.0 - Consumo de Material	21.882,95	20.321,00
3.3.1.1.1.0.0 - Consumo de Material - Consolidação	21.882,95	20.321,00
3.3.2.0.0.0.0 - Serviços	147.145,28	106.316,47
3.3.2.1.0.0.0 - Diárias	2.860,00	0,00
3.3.2.1.1.0.0 - Diárias - Consolidação	2.860,00	0,00
3.3.2.2.0.0.0 - Serviços Terceiros - PF	16.390,50	10.371,78
3.3.2.2.1.0.0 - Serviços Terceiros - PF - Consolidação	16.390,50	10.371,78
3.3.2.3.0.0.0 - Serviços Terceiros - PJ	127.894,78	95.944,70
3.3.2.3.1.0.0 - Serviços Terceiros - PJ - Consolidação	127.894,78	95.944,70
Transferências e Delegações Concedidas	7,12	39.153,22
3.5.0.0.0.0.0 - Transferências e Delegações Concedidas	7,12	39.153,22
3.5.1.0.0.0.0 - Transferências Intragovernamentais	7,12	39.153,22
3.5.1.1.0.0.0 - Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária	7,12	39.153,22
3.5.1.1.2.0.0 - Transferências Concedidas para a Execução Orçamentária - Intra OFSS	7,12	39.153,22
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	54.366,09	48.000,00
3.9.0.0.0.0.0 - Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	54.366,09	48.000,00
3.9.9.0.0.0.0 - Diversas Variações Patrimoniais Diminutivas	54.366,09	48.000,00
3.9.9.0.0.0.0 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos	54.366,09	48.000,00



	Exercício Atual	Exercício Anterior
	54.366,09	48.000,00
	921.150,00	840.699,48
	0,00	20.379,76

3.9.9.9.1.00.00 - Variações Patrimoniais Diminutivas Decorrentes de Fatos Geradores Diversos - Consolidação

Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)

RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)



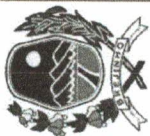
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS - Sintético
Balancos Gerais - Exercício de 2017

	Exercício Atual	Exercício Anterior
Variações Patrimoniais Aumentativas		
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	0,00	0,00
Contribuições	0,00	0,00
Exploração e Venda de Bens, Serviços e Direitos	0,00	0,00
Variações Patrimoniais Aumentativas Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Recebidas	0,00	0,00
Valorização e Ganhos com Ativos e Desincorporação de Passivos	921.150,00	861.079,24
Outras Variações Patrimoniais Aumentativas	0,00	0,00
Total das Variações Patrimoniais Aumentativas (I)	921.150,00	861.079,24
Variações Patrimoniais Diminutivas		
Pessoal e Encargos	697.748,56	626.908,79
Benefícios Previdenciários e Assistenciais	0,00	0,00
Uso de Bens, Serviços e Consumo de Capital Fixo	169.028,23	126.637,24
Variações Patrimoniais Diminutivas Financeiras	0,00	0,00
Transferências e Delegações Concedidas	7,12	39.153,24
Desvalorização e Perdas de Ativos e Incorporação de Passivos	0,00	0,00
Tributárias	0,00	0,00
Custo das Mercadorias e Produtos Vendidos, e dos Serviços Prestados	0,00	0,00
Outras Variações Patrimoniais Diminutivas	54.366,09	48.000,00
Total das Variações Patrimoniais Diminutivas (II)	921.150,00	840.699,27
RESULTADO PATRIMONIAL DO PERÍODO (III) = (I - II)	0,00	20.379,97



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

7. Demonstração dos Fluxos de Caixa (Anexo 18 da Lei Federal nº 4.320/64), incluindo o Quadro Principal, o Quadro de Receitas Derivadas e Originárias, o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, o Quadro de Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função e o Quadro de Juros e Encargos da Dívida, acompanhada das respectivas notas explicativas, de acordo com o Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público vigente no exercício, evidenciando também o estágio de adequação ao Plano de Implantação dos Procedimentos Contábeis Patrimoniais – PIPCP, nos termos da Portaria STN nº 548/2015.



	Exercício Atual	Exercício Anterior
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Ingressos	1.119.266,99	1.019.410,28
Receitas derivadas e originárias	0,00	0,00
Transferências correntes recebidas	0,00	0,00
Outros ingressos operacionais	1.119.266,99	1.019.410,28
Desembolsos	1.119.266,99	999.115,82
Pessoal e demais despesas	921.142,88	801.631,58
Juros e encargos da dívida	0,00	0,00
Transferências concedidas	7,12	39.153,22
Outros desembolsos operacionais	198.116,99	158.331,02
	0,00	20.294,44
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS (I)		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Alienação de bens	0,00	0,00
Amortização de empréstimos e financiamentos concedidos	0,00	0,00
Outros ingressos de investimentos	0,00	0,00
Desembolsos	0,00	20.294,44
Aquisição de ativo não circulante	0,00	20.294,44
Concessão de empréstimos e financiamentos	0,00	0,00
Outros desembolsos de investimentos	0,00	0,00
	0,00	(20.294,44)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO (II)		
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Ingressos	0,00	0,00
Operações de crédito	0,00	0,00
Integralização do capital social de empresas dependentes	0,00	0,00
Transferências de capital recebidas	0,00	0,00
Outros ingressos de financiamentos	0,00	0,00



	Exercício Atual	Exercício Anterior
Desembolsos		
Amortização /Refinanciamento da dívida	0,00	0,00
Outros desembolsos de financiamentos	0,00	0,00
	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO (III)		
	0,00	0,00
GERAÇÃO LÍQUIDA DE CAIXA E EQUIVALENTE DE CAIXA (I + II + III)		
Caixa e Equivalentes de caixa inicial	0,00	0,00
Caixa e Equivalente de caixa final	0,00	0,00



Câmara Municipal de Brejinho
Câmara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO DE RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS
Balancos Gerais - Exercício de 2017

Documento assinado digitalmente por AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Acesse em: <https://etc.tce.pe.gov.br/emp/validaDoc.seam> Código do documento: 9a41f852-a909-42cf-a2ff-57d9598a7456



	Exercício Atual	Exercício Anterior
Receita Tributária	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00
Receita de Serviços	0,00	0,00
Remuneração das Disponibilidades	0,00	0,00
Outras Receitas Derivadas e Originárias	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS	0,00	0,00

RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS

Receita Tributária
Receita de Contribuições
Receita Patrimonial
Receita Agropecuária
Receita Industrial
Receita de Serviços
Remuneração das Disponibilidades
Outras Receitas Derivadas e Originárias

TOTAL DAS RECEITAS DERIVADAS E ORIGINÁRIAS



Câmara Municipal de Brejinho
Câmara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS
Balancos Gerais - Exercício de 2017

Documento Assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Acesso em: <https://etc.ccm.br/pe/validaDoc.seam?CodigoDocumento:9a41f852-a909-42cf-a2ff-57d9598a7456>

	Exercício Atual	Exercício Anterior
TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS		
Intergovernamentais da União	0,00	0,00
Intergovernamentais de Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
Intergovernamentais de Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências recebidas	0,00	0,00
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS		
Intergovernamentais à União	0,00	0,00
Intergovernamentais à Estados e Distrito Federal	0,00	0,00
Intergovernamentais à Municípios	0,00	0,00
Intragovernamentais	0,00	0,00
Outras transferências concedidas	0,00	0,00
TOTAL DAS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	0,00

Nota Explicativa: O quadro acima não estão evidenciadas as transferências financeiras, pois a IPC 08, da Secretaria do Tesouro Nacional, enquadra tal ingresso como Outros Ingressos Operacionais, os quais não integram o Quadro de Transferências Recebidas e Concedidas, conforme modelo disponível no MCASP 7 Edição.



Câmara Municipal de Brejinho
Camara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO DE TRANSFERÊNCIAS RECEBIDAS E CONCEDIDAS
Balanços Gerais - Exercício de 2017



Documento assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Acesso eletrônico: <https://etce.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9a41f852-a909-42cf-a2ff-57d9598a7456

Exercício Atual

Exercício Anterior

Amarildo Correia de Lima
TC CRC PE 022467/O-8

LIGEKSON SISLEY DE
OLIVEIRA LIRA
PRESIDENTE



Câmara Municipal de Brejinho
Camara Municipal de Brejinho
Departamento de Contabilidade
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO DE DESEMBOLSOS DE PESSOAL E DEMAIS DESPESAS POR FUNÇÃO
Balanços Gerais - Exercício de 2017



Documento assinado digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Acesso em: <https://eca.tce.pe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 9a41f852-a909-42cf-a2ff-57d9598a7456

Exercício Atual	Exercício Anterior
921.142,88	821.926,00
921.142,88	821.926,00

Legislativa

Total dos Desembolsos de Pessoal e Demais Despesas por Função



Câmara Municipal de Brejinho
 Câmara Municipal de Brejinho
 Departamento de Contabilidade
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA - QUADRO DE JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA
 Balanços Gerais - Exercício de 2017

	Exercício Anterior	Exercício Atual
Juros e Correção Monetária da Dívida Interna	0,00	0,00
Juros e Correção Monetária da Dívida Externa	0,00	0,00
Outros Encargos da Dívida	0,00	0,00
Total dos Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00

Juros e Correção Monetária da Dívida Interna
 Juros e Correção Monetária da Dívida Externa
 Outros Encargos da Dívida

Total dos Juros e Encargos da Dívida



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

8. Demonstração da Dívida Flutuante (Anexo 17 da Lei Federal nº 4.320/64) (1).



Câmara Municipal de Brejinho
 Câmara Municipal de Brejinho
 Departamento de Contabilidade
 Demonstrativo da Dívida Flutuante - Anexo 17 - Lei Federal nº 4.320/64
 Balanços Gerais - Exercício de 2017

Títulos	Saldo do Exercício Anterior	Movimento do Exercício		Saldo Atual
		Inscrição	Baixas	
0-Consignações	1.185,43	198.116,59	198.116,59	1.185,43
Consignações – INSS	19,46	60.498,47	60.498,47	19,46
000002 INSS PESSOAL	19,46	60.498,47	60.498,47	19,46
Consignações – IR	382,06	27.577,41	27.577,41	382,06
000004 IRRF A RECOLHER A PMB	382,06	27.577,41	27.577,41	382,06
Consignações - ISS	566,72	760,00	760,00	566,72
000003 ISS A RECOLHER A PMB	566,72	760,00	760,00	566,72
Consignações – Outras	217,19	0,00	0,00	217,19
000007 RENDIMENTOS DE APLICAÇÕES	217,19	0,00	0,00	217,19
Consignações Empréstimos	0,00	109.280,71	109.280,71	0,00
000027 EMPRÉSTIMO CONSIGNADO CRED PAJEU	0,00	109.280,71	109.280,71	0,00
Total Geral	1.185,43	198.116,59	198.116,59	1.185,43

Amarildo Correia de Lima
 TC CRC PE 022467/O-8

LIGEKSON SISLEY DE
 OLIVEIRA LIRA
 PRESIDENTE



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

9. Comparativo da Receita Orçada com a Arrecadada (Anexo 10 da Lei Federal nº 4.320/64).



Câmara Municipal de Brejinho
 Câmara Municipal de Brejinho
 Departamento de Contabilidade
 Comparativo da Receita Prevista com a Realizada - Anexo 10 - Lei Federal nº 4.320/64
 Balanços Gerais - Exercício de 2017



Código	Descrição	Previsão	Arrecadação	%	P/ Mais	P/ Menos
	NADA A REGISTRAR			0,00		
	Total Geral:			0,00		

Amarildo Correia de Lima
 TC CRC PE 022467/O-8

LIGEKSON SISLEY DE
 OLIVEIRA LIRA
 PRESIDENTE



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

10. Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada (Anexo 11 da Lei Federal nº 4.320/64. (1))



Câmara Municipal de Brejinho
 Câmara Municipal de Brejinho
 Departamento de Contabilidade
 Comparativo da Despesa Autorizada com a Realizada - Anexo 11 - Lei Federal nº 4.320/64
 Balanços Gerais - Exercício de 2017

Cód. Despesa	Descrição da Despesa	Crédito		Crédito Especial e		Total da Despesa		Total da Despesa		Diferença
		Orçamentário e Suplementares	%	Extraordinário	%	Fixada	%	Realizada	%	
3000.00	DESPESAS CORRENTES									
3100.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	921.142,88	100,00	0,00	0,00	921.142,88	100,00	921.142,88	100,00	0,00
3190.00	Aplicações Diretas	697.748,56	75,75	0,00	0,00	697.748,56	75,75	697.748,56	75,75	0,00
3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	697.748,56	75,75	0,00	0,00	697.748,56	75,75	697.748,56	75,75	0,00
3190.13	Obrigações Patronais	576.651,73	62,60	0,00	0,00	576.651,73	62,60	576.651,73	62,60	0,00
3300.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	121.096,83	13,15	0,00	0,00	121.096,83	13,15	121.096,83	13,15	0,00
3390.00	Aplicações Diretas	223.394,32	24,25	0,00	0,00	223.394,32	24,25	223.394,32	24,25	0,00
3390.14	Diárias - Civil	223.394,32	24,25	0,00	0,00	223.394,32	24,25	223.394,32	24,25	0,00
3390.30	Material de Consumo	2.860,00	0,31	0,00	0,00	2.860,00	0,31	2.860,00	0,31	0,00
3390.35	Serviços de Consultoria	21.882,95	2,38	0,00	0,00	21.882,95	2,38	21.882,95	2,38	0,00
3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	98.200,00	10,66	0,00	0,00	98.200,00	10,66	98.200,00	10,66	0,00
3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	16.390,50	1,78	0,00	0,00	16.390,50	1,78	16.390,50	1,78	0,00
3390.93	Indenizações e Restituições	29.694,78	3,22	0,00	0,00	29.694,78	3,22	29.694,78	3,22	0,00
4000.00	DESPESAS DE CAPITAL	54.366,09	5,90	0,00	0,00	54.366,09	5,90	54.366,09	5,90	0,00
4600.00	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	7,12	0,00	0,00	0,00	7,12	0,00	7,12	0,00	0,00
4690.00	Aplicações Diretas	7,12	0,00	0,00	0,00	7,12	0,00	7,12	0,00	0,00
4690.71	Principal da Dívida Contratual Resgatado	7,12	0,00	0,00	0,00	7,12	0,00	7,12	0,00	0,00
		921.150,00	100,00	0,00	0,00	921.150,00	100,00	921.142,88	100,00	7,12

Amarildo Correia de Lima
 TC CRC PE 022467/O-8

LIGEKSON SISLEY DE
 OLIVEIRA LIRA
 PRESIDENTE



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

11. Demonstração da despesa realizada, segundo a sua natureza (1).



Câmara Municipal de Brejinho

Camara Municipal de Brejinho

Departamento de Contabilidade

Demonstrativo da Despesa Segundo as Categorias Econômicas - Anexo 2 - Lei Federal nº 4.320/64

Balanços Gerais - Exercício de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, SUENIA DE SOUSA COSTA
Acesso em: https://www.brejinho.pe.gov.br/portal/contabilidade/financeiro/relatorios/relatorio-de-despesa-2017-01-2017-12
Código do documento: aee6025c-52d1-449a-9beb-df5200c6ee36

Cód. Despesa	Descrição da Despesa	Desdobramento	Elemento	Categorias e Sub-categorias Econômicas
3000.00	DESPESAS CORRENTES			
3100.00	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS			921.142,88
3190.00	Aplicações Diretas	697.748,56	697.748,56	
3190.11	Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	576.651,73		
3190.13	Obrigações Patronais	121.096,83		
3300.00	OUTRAS DESPESAS CORRENTES			
3390.00	Aplicações Diretas	223.394,32	223.394,32	
3390.14	Diárias - Civil	2.860,00		
3390.30	Material de Consumo	21.882,95		
3390.35	Serviços de Consultoria	98.200,00		
3390.36	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Física	16.390,50		
3390.39	Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	29.694,78		
3390.93	Indenizações e Restituições	54.366,09		
Total Geral:				921.142,88

Amarildo Correia de Lima
TC CRC PE 022467/O-8

LIGEKSON SISLEY DE
OLIVEIRA LIRA
PRESIDENTE



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

12. Demonstrativo de implantação das novas regras contábeis aplicadas ao setor público, correspondente ao Anexo XIV desta Resolução.



RESOLUÇÃO TC N° 37/2016

ANEXO XIV

CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DAS NOVAS REGRAS CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO (PODER LEGISLATIVO)

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS ORÇAMENTÁRIOS – PARTE I DO MCASP				
Ação	1. Adoção dos Procedimentos Contábeis Orçamentários			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1.1_Elaboração de procedimentos para permitir a evidenciação e a consolidação das contas públicas em âmbito nacional, em consonância com os procedimentos do PCASP, que constarão no MCASP.	Metodologia de adoção dos procedimentos contábeis orçamentários	Setor Contábil	Até o final do exercício de 2014.	Concluído

PROCEDIMENTOS CONTÁBEIS PATRIMONIAIS – PARTE II DO MCASP				
1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas.				
Ação	1. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos créditos por competência, incluindo os respectivos ajustes para perdas.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1.1		NÃO SE APLICA À CÂMARA		

2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.				
Ação	2. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações e provisões por competência.			
Subação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
2.1_Elaboração de	Metodologia de	Setor Contábil	01/01/2021_Segundo a	Em Andamento



procedimentos para o reconhecimento e mensuração dos direitos e das obrigações por competência, incluídos os ajustes e as provisões.	reconhecimento de direitos e obrigações por competência.		Portaria do STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.	
2.2_Adequação/Desenvolvimento de sistemas para o registro de direitos e obrigações.	Sistema informatizado de contabilidade, adequado à metodologia de registro de direitos e obrigações por competência.	Setor Contábil	01/01/2021_Segundo a Portaria do STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.	Em Andamento

3. Evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
1.1_Elaboração de procedimentos para o registro dos atos e fatos e estrutura contábil padronizados, com evidênciação de ativos e passivos contingentes.	Metodologia de reconhecimento e evidenciação de ativos e passivos contingentes em contas de controle e em notas explicativas	Gestor	01/01/2021_Segundo a Portaria do STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.	Em andamento

4. Reconhecimento, mensuração e evidenciação dos bens móveis e imóveis; respectiva depreciação ou exaustão, reavaliação e redução de valor recuperável.				
Ação	Produto	Responsável	Prazo Final	Situação Atual
3.1_Elaboração de procedimentos para reconhecimento e mensuração do ativo imobilizado e do ativo intangível, além de rotinas para a depreciação,	Metodologia de reconhecimento e mensuração de ativos imobilizados e intangíveis e de sistematização da depreciação.	Gestor	01/01/2021_Segundo a Portaria do STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.	Em andamento



amortização e exaustão sistematizados dos mesmos.				
3.2_Elaboração de procedimentos para a sistematização da reavaliação e do ajuste ao valor recuperável dos ativos.	Metodologia de reavaliação e "impairment" periódicos dos ativos.	Gestor	01/01/2021_Segundo a Portaria do STN n° 548, de 24 de setembro de 2015.	Em andamento
3.3_Adequação/Desenvolvimento de sistemas para o registro de imobilizado (móveis e imóveis) e intangíveis.	Sistema adequado à metodologia de registro de imobilizado e intangível, bem como à depreciação/amortização dos mesmos.	Gestor	01/01/2021_Segundo a Portaria do STN n° 548, de 24 de setembro de 2015.	Em andamento

5. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados (Ex.: 13 salário, férias, etc)			
Ação	Produto	Responsável	Situação Atual
Subação			
5.1_Registro de acompanhamento e avaliação de despesas da unidade administrativa, bem como geração de base de dados provisionados.	Metodologia de reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações por competência decorrentes de benefícios a empregados.	Gestor	01/01/2019_Segundo a Portaria do STN n° 548, de 24 de setembro de 2015.

6. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das obrigações com fornecedores por competência.			
Ação	Produto	Responsável	Situação Atual
Subação			
6.1_Registros de fenômenos por competência.	Relatório evidenciando que fenômeno por competência tem sido periodicamente registrado.	Setor Contábil	01/01/2016_Segundo a Portaria do STN n° 548, de 24 de setembro de 2015.



7. Reconhecimento, mensuração e evidenciação das demais obrigações por competência.			
Ação	Produto	Responsável	Situação Atual
Subação			
7.1_Controle de estoque, almoxarifado independente de execução orçamentária e com entrada por recebimento e baixa.	Metodologia de controle de estoque.	Setor Contábil	Em andamento
			A ser definido em ato normativo específico, pelo STN.

8. Reconhecimento, mensuração e evidenciação de softwares, marcas, patentes, licenças e congêneres, classificados com intangíveis e eventuais amortizações, reavaliação e redução de valor recuperável.			
Ação	Produto	Responsável	Situação Atual
Subação			
1.1_		NÃO SE APLICA	01/01/2022_Segundo a Portaria do STN nº 548, de 24 de setembro de 2015.

PLANO DE CONTAS APLICADO AO SETOR PÚBLICO – PARTE IV DO MCASP			
1. Aplicação do Plano de Contas, detalhado no nível exigido para a consolidação das contas nacionais.			
Ação	Produto	Responsável	Situação Atual
Subação			
1.1_Extensão do PCASP para nível detalhado necessário ao Ente.	PCASP estendido até o nível necessário para registro contábil dos fenômenos do Ente.	Setor Contábil	Concluído
1.2_Levantamento de todos os fenômenos relacionados à	Relatório de fenômenos que devem ser registrados na	Setor Contábil	Concluído
			Até o final do exercício de 2014.
			Até o final do exercício de 2014.



gestão contábil local.	contabilidade.	Setor Contábil	Até o final do exercício de	Concluído
1.3_Elaboração de eventos para registro contábil dos fenômenos levantados anteriormente;	Relatório com eventos que registram os fenômenos anteriores com base no PCASP estendido.	Setor Contábil	2014.	Concluído
1.4_Aquisição ou Desenvolvimento de sistema para que o PCASP estendido e os eventos sejam carregados;	SIC adequado ao PCASP estendido e aos Eventos.	Setor Contábil	Até o final do exercício de 2014.	Concluído
1.5_Criar rotinas de integridade e de abertura e encerramento do exercício;	Metodologia de registro da abertura e encerramento do exercício, além de verificação de integridade dos dados	Setor Contábil	Até o final do exercício de 2014.	Concluído
1.6_Adequação do SIC às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício;	SIC adequado às rotinas de integridade, abertura e encerramento do exercício.	Setor Contábil	Até o final do exercício de 2014.	Concluído

DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS APLICADAS AO SETOR PÚBLICO – PARTE V DO MCASP			
Ação	1. Adoção das Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público		
Subação	Produto	Responsável	Situação Atual
1.1_Elaboração de fórmulas para levantamento das DCASP a partir da contabilidade.	Metodologia de levantamento das DCASP por meio da PCASP estendido e demais informações contábeis.	Setor Contábil	Concluído



1.2_Ajuste das demonstrações contábeis para o novo padrão, com a inclusão das formulas.	Modelo de documento DCASP adequadas à nova metodologia	Setor Contábil	Até o final do exercício de 2014.	Concluído
1.3_Ajuste de sistemas para inclusão do novo modelo de DCASP;	SIC adequado à metodologia de levantamento das DCASP e das demais informações contábeis	Setor Contábil	Até o final do exercício de 2014.	Concluído

Brejinho PE, em 26 de março de 2018.

AMARILDO CORREIA DE LIMA
CRC/PE N° 022467/0-8



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

13. Cópias dos relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno do órgão.



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

DECLARAÇÃO

LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, brasileiro, solteiro, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Brejinho - PE, denominada Casa Pedro Guedes Pinheiro, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita sob o nº. do CNPJ/MF 24.300.089/0001-70, Declaro para os devidos fins de direito que **não houve** declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno, uma vez que não houve a realização de tais auditorias, estando assim, impossibilitado de mandar o exigido pelo Item nº. 13 da Resolução TCE nº. 025/2017 de 13 de dezembro de 2017, em seu anexo V.

Apresente declaração é a expressão da verdade.

Brejinho - PE, em 12 de março de 2018.

Ligekson Sisley de Oliveira Lira
CPF/MF: 060.976.254-05
Gestor Interessado



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

14. Declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatório de auditoria realizada pelo controle interno.



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

DECLARAÇÃO

LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, brasileiro, solteiro, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Brejinho - PE, denominada Casa Pedro Guedes Pinheiro, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita sob o nº. do CNPJ/MF 24.300.089/0001-70, Declaro para os devidos fins de direito que **não houve** declaração informando as medidas tomadas para saneamento das irregularidades, acaso encontradas, em relatórios de auditorias realizadas pelo controle interno, uma vez que não houve a realização de tais auditorias, estando assim, impossibilitado de mandar o exigido pelo Item nº. 14 da Resolução TCE nº. 025/2017 de 13 de dezembro de 2017, em seu anexo V.

Apresente declaração é a expressão da verdade.

Brejinho - PE, em 12 de março de 2018.

Ligekson Sisley de Oliveira Lira
CPF/MF: 060.976.254-05
Gestor Interessado



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

15. Termo de conferência de caixa, assinado por pelo menos três servidores, lavrado no último dia útil do exercício.



Câmara Municipal de Brejinho
 Câmara Municipal de Brejinho
 Departamento de Contabilidade
 Dezembro de 2017



Documento Assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, SUENIA DE SOUSA COSTA
 Acesse em: <https://eicce.icepe.gov.br/epp/validaDoc.seam> Código do documento: 1c344ad6-336f-4a2b-9b58-4e9b0ed237ca

Balancos Gerais - Termo de Conferência de Caixa

Aos 31 dias do mês de Dezembro de 2017 Câmara Municipal de Brejinho foi realizada a conferência de valores ficando constatada a existência de valores na ordem de R\$ 0,00 (), conforme especificação abaixo:

Em Tesouraria	R\$	0,00
Em Bancos	R\$	0,00

Tesouraria da Câmara Municipal de Brejinho, em 31 de Dezembro de 2017.

Marina Moraes de Arruda
 Agente de Tesouraria

CPF/MF: 055.570.014-33

Marina Moraes de Arruda

MARINA MORAES DE
 ARRUDA
 AGENTE DE TESOURARIA

 LIGEKSON SISLEY DE
 OLIVEIRA LIRA
 PRESIDENTE

Quezia Rocha Costa

Quezia Rocha Costa
 Diretora Administrativa
 CPF/MF: 114.777.194-40

Jacimone Delfino de Sousa
 Jacimone Delfino de Sousa
 Secretária Executiva
 CPF/MF: 081.601.724-78



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

16. Extratos e respectivas conciliações bancárias de todas as contas, evidenciando o movimento no final do último dia útil do exercício.



Dados da Conta Bancária

Valores

1	19087-X	Conta Movimento BANCO DO BRASIL	
		Saldo conforme Extrato da Conta Corrente	0,00
		Saldo em Aplicações Financeiras	0,00
		Saldo conforme Contabilidade	0,00

Amarildo Correia de Lima
TC CRC PE 022467/O-8

LIGEKSON SISLEY DE
OLIVEIRA LIRA
PRESIDENTE

Documento Assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, SUENIA DE SOUSA COSTA
Acesse em: <http://epec.pe.gov.br/epf/validaDoc.seam> Código do documento: ba9f3bd9-e585-4ee2-a087-1857da25431d



A336120902126
12/03/2018 0



Documento Assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, SUENIA DE SOUSA COSTA
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validarDoc.seam> Código do documento: ba9f3bd9-e585-4ee2-a087-1857da25431d

Cliente - Conta atual

Agência 608-4
Conta corrente 19087-X CAMARA M BREJINHO
Período do extrato 12 / 2017

Lançamentos

Dt. balancete	Dt. movimento	Ag. origem	Lote	Histórico	Documento	Valor R\$	Saldo
20/11/2017		0000	00000 000	Saldo Anterior			11,18 C
08/12/2017		0608	99015 870	Transferência recebida	550.608.000.021.406	76.762,50 C	
				08/12 0608 21406-X PREF M BREJINH			
08/12/2017		0608	99015 470	Transferência enviada	550.608.000.014.710	6.309,37 D	
				08/12 0608 14710-9 COOP DE CREDIT			
08/12/2017		0608	99015 470	Transferência enviada	550.608.000.014.710	10.207,52 D	
				08/12 0608 14710-9 COOP DE CREDIT			
08/12/2017		0608	99015 470	Transferência enviada	550.608.000.014.710	17.739,43 D	
				08/12 0608 14710-9 COOP DE CREDIT			
08/12/2017		0608	99015 470	Transferência enviada	550.608.000.014.710	18,00 D	
				08/12 0608 14710-9 COOP DE CREDIT			
08/12/2017		0608	99015 470	Transferência enviada	550.608.000.021.401	2.171,70 D	
				08/12 0608 21401-9 PREF MUN BREJI			
08/12/2017		0000	13105 166	Emissão de DOC	120.801	4.500,00 D	
				237 6045 020190067000143 AUGUSTO SANTA			
08/12/2017		0000	13105 166	Emissão de DOC	120.802	3.400,00 D	
				756 4293 000285196000108 AMARILDO C LI			
08/12/2017		0000	13105 166	Emissão de DOC	120.803	2.430,21 D	
				237 6045 03779918480 ANTONIO DE SOUZA			
08/12/2017		0000	13105 166	Emissão de DOC	120.804	2.388,19 D	
				237 6045 05574988488 IVANILDO JOSE DE			
08/12/2017		0000	13105 196	INSS Arrecadação	120.805	9.949,14 D	
				GPS- Ident.: 24300089000170 - 12/2017			
08/12/2017		0000	13105 196	INSS Arrecadação	120.806	5.022,63 D	
				GPS- Ident.: 24300089000170 - 12/2017			
08/12/2017		0000	13105 362	Pagamento conta luz	120.807	221,27 D	
				CELPE			
08/12/2017		0000	13105 363	Pagto conta telefone	120.808	198,70 D	
				TELEMAR RJ (OI FIXO)			
08/12/2017		0000	13113 310	Tar DOC/TED Eletrônico	863.421.200.254.092	9,40 D	
				Tarifa referente a 08/12/2017			
08/12/2017		0000	13113 310	Tar DOC/TED Eletrônico	863.421.200.254.093	9,40 D	
				Tarifa referente a 08/12/2017			
08/12/2017		0000	13113 310	Tar DOC/TED Eletrônico	863.421.200.254.094	9,40 D	
				Tarifa referente a 08/12/2017			
08/12/2017		0000	13113 310	Tar DOC/TED Eletrônico	863.421.200.254.095	9,40 D	12.179,92 C
				Tarifa referente a 08/12/2017			
11/12/2017		0608	99015 470	Transferência enviada	550.011.000.220.547	1.000,00 D	
				11/12 0011 220547-5 PUBL SOFT INFO			
11/12/2017		0000	13105 361	Pgto conta água	121.101	57,13 D	
				COMPESA			
11/12/2017		0000	13105 166	Emissão de DOC	121.102	1.107,95 D	
				237 6045 06097625405 LIGEKSON SISLEY D			
11/12/2017		0000	13105 166	Emissão de DOC	121.103	99,90 D	
				756 4593 021812969000137 MIO SERVICOS			
11/12/2017		0000	13113 310	Tar DOC/TED Eletrônico	883.451.100.049.688	9,40 D	
				Tarifa referente a 11/12/2017			
11/12/2017		0000	13113 310	Tar DOC/TED Eletrônico	883.451.100.049.689	9,40 D	9.896,14 C
				Tarifa referente a 11/12/2017			
12/12/2017		0608	99015 470	Transferência enviada	550.608.000.018.872	285,00 D	
				12/12 0608 18872-7 ALLAN KLEBYSON			



12/12/2017	0608	99015 470	Transferência enviada	550.608.000.020.852	655,30 D	
			12/12 0608 20852-3 MARLEIDE ROCHA			
12/12/2017	0608	99015 470	Transferência enviada	550.608.000.020.852	655,30 D	
			12/12 0608 20852-3 MARLEIDE ROCHA			
12/12/2017	0000	13105 166	Emissão de DOC	121.201	4.500,00 D	
			237 6045 06097625405 LIGEKSON SISLEY D			
12/12/2017	0000	13105 166	Emissão de DOC	121.202	399,00 D	
			756 4293 05772363425 JADIE NUNES LEPO			
12/12/2017	0000	13113 310	Tar DOC/TED Eletrônico	863.461.300.154.898	9,40 D	
			Tarifa referente a 12/12/2017			
12/12/2017	0000	13113 310	Tar DOC/TED Eletrônico	863.461.300.154.899	9,40 D	3.382,74 C
			Tarifa referente a 12/12/2017			
13/12/2017	0608	17910 002	Cheque	851.759	1.045,00 D	
13/12/2017	0608	99015 470	Transferência enviada	550.608.000.021.401	36,00 D	
			13/12 0608 21401-9 PREF MUN BREJI			
13/12/2017	0608	99015 470	Transferência enviada	550.608.000.021.401	55,00 D	
			13/12 0608 21401-9 PREF MUN BREJI			
13/12/2017	0000	13105 166	Emissão de DOC	121.301	1.400,00 D	
			756 4293 000285196000108 AMARILDO C LI			
13/12/2017	0000	13105 166	Emissão de DOC	121.302	203,00 D	
			756 4293 011778153000180 E B ARAUJO -			
13/12/2017	0000	13113 310	Tar DOC/TED Eletrônico	863.470.900.021.153	9,40 D	
			Tarifa referente a 13/12/2017			
13/12/2017	0000	13113 310	Tar DOC/TED Eletrônico	863.470.900.021.154	9,40 D	624,94 C
			Tarifa referente a 13/12/2017			
26/12/2017	0000	13105 362	Pagamento conta luz	122.601	255,52 D	369,42 C
			CELPE			
28/12/2017	0000	13105 393	TED Transf. Eletr. Disponiv	122.801	352,90 D	
			756 4293 011778153000180 E B ARAUJO -			
28/12/2017	0000	13113 310	Tar DOC/TED Eletrônico	833.620.900.041.120	9,40 D	7,12 C
			Tarifa referente a 28/12/2017			
29/12/2017	0608	99015 470	Transferência enviada	550.608.000.021.401	7,12 D	0,00 C
			29/12 0608 21401-9 PREF MUN BREJI			
31/12/2017	0000	00000 999	S A L D O			0,00 C

Transação efetuada com sucesso por: JB508050 LIGEKSON SISLEY DE.

Serviço de Atendimento ao Consumidor - SAC 0800 729 0722

Ouvidoria BB 0800 729 5678
Para deficientes auditivos 0800 729 0088



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

17. Mapa demonstrativo consolidado, extraído do sistema SAGRES – Módulo de Licitações e Contrato - LICON, de todos os processos licitatórios, dispensas e inexigibilidades instaurados no exercício.



MAPA DEMONSTRATIVO DE LICITAÇÕES - EXERCÍCIO 2017

Declaro para os devidos fins que as informações presentes neste documento refletem a situação atual desta Unidade Gestora, referente aos Processos Licitatórios. Ademais, estou ciente que a omissão de informações poderá implicar a aplicação de pena de multa pelo TCE/PE, conforme previsto no Art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores, além das sanções previstas nas Resoluções do SAGRES. O não fornecimento do Mapa Demonstrativo de Licitações, implica, subsidiariamente, na incompletude da Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados.

Câmara Municipal de Brejinho

Nº Proc. / Ano	Mod. Nº / Ano	Portaria	Critério Julgamento	Objeto	Objeto Conforme Edital	SRP	Estágio/ Situação	Licitantes Vencedores	Valor Gl. Licit.(R\$)
2/2017	Convite - 2/2017	7/2017	Menor Preço	Serviços Técnicos Especializados - Advocacia	Contratação de Profissional e/ou Empresa Especializada para Prestação de Serviços de Apoio Administrativo em Geral, inclusive Legislativo, por período de 12 (doze) meses, para atender a Câmara Municipal de Brejinho ? PE, com no mínimo 02 (dois) servidores.	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	Augusto Santa cruz Valadares-Me	54.000,00
1/2017	Convite - 1/2017	7/2017	Menor Preço	Serviços Técnicos Especializados - Contabilidade/auditoria	Serviços de Contabilidade em Geral	Não	Processo Adjudicado / Homologado / Ratificado / Concluído	AMARILDO C . LIMA-ME	40.800,00



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

18. Mapa demonstrativo consolidado de todos os contratos, vigentes no exercício, extraído do sistema SAGRES - Módulo de Licitações e Contratos - LICON.



MAPA DE CONTRATOS - EXERCÍCIO 2017

Declaro para os devidos fins que as informações presentes neste documento refletem a situação atual desta Unidade Gestora, referente aos Contratos. Ademais, estou ciente que a omissão de informações poderá implicar a aplicação de pena de multa pelo TCE/PE, conforme previsto no Art. 73 da Lei Estadual nº 12.600/2004 e alterações posteriores, além das sanções previstas nas Resoluções do SAGRES. O não fornecimento do Mapa Demonstrativo de Contratos, implica, subsidiariamente, na incompletude da Prestação de Contas Anual dos jurisdicionados.

Câmara Municipal de Brejinho

Contrato	Tipo Proc.	Processo	Portaria da Comissão	CPF/CNPJ	Nome/Razão Social	Vigência	Objeto	Valor(R\$)	Estágio/Situação
0000000002/2017	LIC	2/2017	7/2017	20.190.067/0001-43	Augusto Santa cruz Valadares-Me	03/02/2017 a 03/02/2018	2.057/Serviços Tecnicos Especializados - Advocacia	R\$ 54.000,00	Em Execução/Regular
0000000001/2017	LIC	1/2017	7/2017	00.285.196/0001-08	AMARILDO C. LIMA-ME	01/02/2017 a 01/02/2018	2.059/Serviços Tecnicos Especializados - Contabilidade/auditoria	R\$ 40.800,00	Em Execução/Regular



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

19. Demonstrativo referente às tomadas de contas especiais instauradas, o qual deverá conter no mínimo as seguintes informações: número de ordem do procedimento administrativo, identificação do responsável, especificação do objeto, valor original do dano e data ou período das ocorrências.



PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO O PODER UNIDO É MAIS FORTE.

DECLARAÇÃO

LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, brasileiro, solteiro, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Brejinho - PE, denominada Casa Pedro Guedes Pinheiro, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita sob o n°. do CNPJ/MF 24.300.089/0001-70, Declaro para os devidos fins de direito que **não houve** instauração de tomadas de contas especiais, no exercício de 2017, estando assim, impossibilitado de mandar o exigido pelo Item n°. 19 da Resolução TCE n°. 25/2017 de 12 de dezembro de 2017, em seu anexo V.

Apresente declaração é a expressão da verdade.

Brejinho - PE, em 12 de março de 2018.

Ligekson Sisley de Oliveira Lira

CPF/MF: 060.976.254-05

Gestor Interessado



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

20. Relatório consolidado de desempenho dos contratos de concessões e/ou das Parcerias Público Privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (item VIII), contendo, no mínimo, as seguintes informações:
- a) avaliação dos investimentos e serviços realizados, quanto ao atendimento das condições estabelecidas no contrato, em especial quanto aos indicadores de desempenho estabelecidos;
 - b) avaliação das receitas alternativas, complementares, acessórias ou de projetos associados, obtidas pela contratada e a implantação da respectiva repartição ou impacto na modicidade tarifária, quando for o caso;
 - c) avaliação dos ganhos decorrentes da redução de risco de crédito e outros ganhos previstos em contrato para fins de compartilhamento;
 - d) avaliação dos seguros efetuados pelo contratado;
 - e) avaliação das garantias efetuadas pelo contratado, em face das obrigações já adimplidas pelo parceiro público;
 - f) avaliação do comprometimento do limite dos gastos em relação à receita corrente líquida anual e limites de endividamento fiscal, nos termos da legislação vigente;
 - g) avaliação da situação econômico-financeira da concessionária.



PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO O PODER UNIDO É MAIS FORTE.

DECLARAÇÃO

LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, brasileiro, solteiro, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Brejinho - PE, denominada Casa Pedro Guedes Pinheiro, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita sob o nº. do CNPJ/MF 24.300.089/0001-70, Declaro para os devidos fins de direito que **não houve** celebração de contratos e concessões e/ou das parcerias público e privadas, de acordo com o disposto no Anexo IV da Resolução TC nº 11/2013 (Item VIII) estando assim, impossibilitado de mandar o exigido pelo Item nº. 20 da Resolução TCE nº. 25/2017 de 13 de dezembro de 2017, em seu anexo V.

Apresente declaração é a expressão da verdade.

Brejinho - PE, em 12 de março de 2018.

Ligekson Sisley de Oliveira Lira
CPF/MF: 060.976.254-05
Gestor Interessado



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

21. Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Próprio de Previdência Social, correspondente ao Anexo XI e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.



PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO O PODER UNIDO É MAIS FORTE.

DECLARAÇÃO

LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, brasileiro, solteiro, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Brejinho - PE, denominada Casa Pedro Guedes Pinheiro, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita sob o nº. do CNPJ/MF 24.300.089/0001-70, Declaro para os devidos fins de direito que não houve repasse de contribuição devidas à unidade gestora do RPPS, em virtude deste Poder não possuir nenhum servidor efetivo, estando assim, impossibilitado de mandar o exigido pelo Item nº. 21 da Resolução TCE nº. 025/2017 de 13 de dezembro de 2017, em seu anexo V.

Apresente declaração é a expressão da verdade.

Brejinho - PE, em 12 de março de 2018.

Ligekson Sisley de Oliveira Lira
CPF/MF: 060.976.254-05
Gestor Interessado



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

22. Demonstrativo de recolhimento das contribuições previdenciárias ao Regime Geral de Previdência Social, correspondendo ao Anexo XIII e suas subdivisões desta Resolução, devidamente preenchido.



RESOLUÇÃO T.C. Nº 25/2017

ANEXO XIII DEMONSTRATIVO DE RECOLHIMENTO DAS CONTRIBUIÇÕES PREVIDENCIÁRIAS AO REGIME GRAL DE PREVIDÊNCIA SOCIAL - RGPS CÂMARA MUNICIPAL DE BREJINHO-PE. EXERCÍCIO 2017

ANEXO XIII-A CONTRIBUIÇÃO DOS SEGURADOS (RGPS)

BASE DE CÁLCULO		RETIDA ²	CONTABILIZADA	BENEFÍCIOS PAGOS DIRETAMENTE ³	RECOLHIDA ⁴	VENCIMENTO	PAGAMENTO
COMPETÊNCIA	VALOR ¹						
Janeiro	41.940,00	4.452,67	4.452,67	0,00	4.452,67	20/02/2017	13/01/2017
Fevereiro	42.877,00	4.527,63	4.527,63	0,00	4.527,63	20/03/2017	10/02/2017
Março	42.877,00	4.527,63	4.527,63	0,00	4.527,63	20/04/2017	10/03/2017
Abril	60.877,00	6.043,59	6.043,59	0,00	6.043,59	20/05/2017	11/04/2017
Mai	47.377,00	5.022,63	5.022,63	0,00	5.022,63	20/06/2017	12/05/2017
Junho	47.377,00	5.022,63	5.022,63	0,00	5.022,63	20/07/2017	12/06/2017
Julho	47.377,00	5.022,63	5.022,63	0,00	5.022,63	20/08/2017	11/07/2017
Agosto	47.377,00	5.022,63	5.022,63	0,00	5.022,63	20/09/2017	11/08/2017
Setembro	47.377,00	5.022,63	5.022,63	0,00	5.022,63	20/10/2017	12/09/2017
Outubro	47.377,00	5.022,63	5.022,63	0,00	5.022,63	20/11/2017	10/10/2017
Novembro	49.642,81	5.227,16	5.227,16	0,00	5.227,16	20/12/2017	10/11/2017
Dezembro	47.377,00	5.022,63	5.022,63	0,00	5.022,63	20/01/2017	08/12/2017
13.º Salário	6.798,92	561,38	561,38	0,00	561,38	20/01/2017	10/11/2012
TOTAL	576.651,73	60.498,47	60.498,47	-0-	60.498,47	-0-	-0-



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

23. Mapa de obras devidamente preenchido conforme modelo definido na Resolução TC nº 08, de 09 de julho de 2014.



PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO O PODER UNIDO É MAIS FORTE.

DECLARAÇÃO

LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, brasileiro, solteiro, Presidente da Câmara Municipal de Vereadores de Brejinho - PE, denominada Casa Pedro Guedes Pinheiro, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrita sob o nº. do CNPJ/MF 24.300.089/0001-70, Declaro para os devidos fins de direito que **não houve** instauração de obras no exercício de 2017, estando assim, impossibilitado de mandar o exigido pelo Item nº. 22 da Resolução TCE nº. 025/2017 de 13 de dezembro de 2017, em seu anexo V.

Apresente declaração é a expressão da verdade.

Brejinho - PE, em 12 de março de 2018.

Ligekson Sisley de Oliveira Lira

CPF/MF: 060.976.254-05

Gestor Interessado

Rua Severino da Costa Nogueira, Nº 18 - Centro - CEP: 56.740-000 - Brejinho - PE

CNPJ: 24.300.089/0001-70 - Fone: | Fax: (87) 3850-1144

BREJINHO TERRA, MÃE DO RIO PAJEÚ!



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

24. Demonstrativo que evidencie os gastos efetuados com a folha de pagamento.



Câmara Municipal de Brejinho
 Câmara Municipal de Brejinho
 Departamento de Contabilidade
 Relação de Pagamentos

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Cód. Pagto	Data	Favorecido	Tes / Ban	Orig Rec.	Documentos Pagos			Descontos			Documentos Financeiros			
					TD	Nº	Data	Elim.Desp	Valor	Nome do Desconto	Nº da Guia	Valor	TD	Valor
Mês de Janeiro														
	13/01/2017						41.940,00						41.940,00	
3023	13/01/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONÁRIOS	1-Ban 5-Rec		NE/SE 1	1	02/01/2017	3190.11						
							5.940,00							
							5.940,00							
3024	13/01/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DOS VEREADORES	1-Ban 5-Rec		NE/SE 2	1	13/01/2017	3190.11						
							36.000,00							
							36.000,00							
Mês de Fevereiro														
	10/02/2017						42.877,00							
3057	10/02/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONÁRIOS	1-Ban 5-Rec		NE/SE 30	1	10/02/2017	3190.11						
							6.877,00							
							6.877,00							
3058	10/02/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DOS VEREADORES	1-Ban 5-Rec		NE/SE 31	1	10/02/2017	3190.11						
							36.000,00							
							36.000,00							
Mês de Março														
	10/03/2017						42.877,00							
3103	10/03/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DOS VEREADORES	1-Ban 5-Rec		NE/SE 31	2	10/03/2017	3190.11						
							36.000,00							
							36.000,00							
3105	10/03/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONÁRIOS	1-Ban 5-Rec		NE/SE 30	2	10/03/2017	3190.11						
							6.877,00							
							6.877,00							
Mês de Abril														
							60.877,40							





Câmara Municipal de Brejinho
 Câmara Municipal de Brejinho
 Departamento de Contabilidade
 Relação de Pagamentos

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Cód. Pagto	Data	Favorecido	Tes/ Ban	Orig. Rec.	Documentos Pagos			Descontos			Documentos Financeiros				
					TD	Nº	Data	Elim.Desp	Valor	Nome do Desconto	Nº da Guia	Valor	TD	Valor	Documento
10/04/2017															
3143	10/04/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DOS VEREADORES	1-Ban 5-Rec		NE/SE 31	3	10/04/2017	3190.11		60.877,40	EMPRESTIMO CONSIGNAL INSS PESSOAL IRRF A RECOLHER A PMB	8.241,18 6.043,59 5.363,46	60.877,40		
3145	10/04/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONARIOS	1-Ban 5-Rec		NE/SE 30	3	10/04/2017	3190.11		54.000,00	EMPRESTIMO CONSIGNAD INSS PESSOAL IRRF A RECOLHER A PMB	19.648,23 8.241,18 6.043,59	34.919,40	DB	OP 3143 C/C 1 (19087-X)
3167	10/04/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONARIOS	1-Ban 5-Rec		NE/SE 30	3	10/04/2017	3190.11		6.877,00	EMPRESTIMO CONSIGNAD INSS PESSOAL	5.363,46 8.241,18	6.309,37	DB	OP 3145 C/C 1 (19087-X)
Mês de Maio															
					GDE 20	20	10/04/2017			0,40 0,40		0,40 0,40	47.377,00	DB	OP 3167 C/C 1 (19087-X)
10/05/2017															
3193	10/05/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONARIOS	1-Ban 5-Rec		NE/SE 30	4	10/05/2017	3190.11		47.377,00	EMPRESTIMO CONSIGNAL INSS PESSOAL IRRF A RECOLHER A PMB	15.838,48 8.558,83 5.022,63	47.377,00		
3195	10/05/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DOS VEREADORES	1-Ban 5-Rec		NE/SE 31	4	10/05/2017	3190.11		40.500,00	EMPRESTIMO CONSIGNAD INSS PESSOAL IRRF A RECOLHER A PMB	15.270,85 4.455,00 2.257,02	6.309,37	DB	OP 3193 C/C 1 (19087-X)
Mês de Junho															
					NE/SE 30	40				40.500,00	EMPRESTIMO CONSIGNAD INSS PESSOAL	25.229,15 40.500,00	47.377,00	DB	OP 3195 C/C 1 (19087-X)
09/06/2017															
3212	09/06/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONARIOS	1-Ban 5-Rec		NE/SE 30	5	09/06/2017	3190.11		47.377,00	EMPRESTIMO CONSIGNAL INSS PESSOAL IRRF A RECOLHER A PMB	17.487,17 10.207,52 5.022,63	47.377,00		
3213	09/06/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DOS VEREADORES	1-Ban 5-Rec		NE/SE 31	5	09/06/2017	3190.11		40.500,00	EMPRESTIMO CONSIGNAD INSS PESSOAL IRRF A RECOLHER A PMB	16.919,54 4.455,00 2.257,02	6.309,37	DB	OP 3212 C/C 1 (19087-X)
Mês de Julho															
					NE/SE 30	50				50.776,46	EMPRESTIMO CONSIGNAD INSS PESSOAL	23.580,46 40.500,00	50.776,46	DB	OP 3213 C/C 1 (19087-X)





Câmara Municipal de Brejinho
 Câmara Municipal de Brejinho
 Departamento de Contabilidade
 Relação de Pagamentos

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Documento Assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKS ON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA, SUENIA DE SOUSA COSTA
 Acesso em https://etce.tce.pe.gov.br/app/validaDocumento.seam Código do documento: 84b02f0c-9a3b-4481-bb07-e41f6839a57bf

Cód. Pagto	Data	Favorecido	Tes / Ban	Orig Rec.	Documentos Pagos			Descontos			Documentos Financeiros			
					TD	Nº	Data	Elim.Desp	Valor	Nome do Desconto	Nº da Guia	Valor	TD	Valor
10/07/2017														
3248	10/07/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DOS VEREADORES	1-Ban 5-Rec		6	10/07/2017	3190.11	40.500,00	47.377,00	EMPRESTIMO CONSIGNAL		10.207,52		
								40.500,00		INSS PESSOAL		5.022,63		
								40.500,00		IRRF A RECOLHER A PMB		17.487,17		47.377,00
3249	10/07/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONARIOS	1-Ban 5-Rec		6	10/07/2017	3190.11	6.877,00	6.877,00	EMPRESTIMO CONSIGNAD		10.207,52		
								6.877,00		INSS PESSOAL		2.257,02		
								6.877,00		IRRF A RECOLHER A PMB		5.022,63		
3250	11/07/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONARIOS	1-Ban 5-Rec		7	11/07/2017	3190.11	3.399,46	3.399,46	EMPRESTIMO CONSIGNAD		10.207,52		
								3.399,46		INSS PESSOAL		2.257,02		
								3.399,46		IRRF A RECOLHER A PMB		5.022,63		
Mês de Agosto														
10/08/2017														
3284	10/08/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DOS VEREADORES	1-Ban 5-Rec		7	10/08/2017	3190.11	40.457,34	47.334,34	EMPRESTIMO CONSIGNAL		17.444,51		
								40.457,34		INSS PESSOAL		10.207,52		
								40.457,34		IRRF A RECOLHER A PMB		2.214,36		47.334,34
3286	10/08/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONARIOS	1-Ban 5-Rec		8	10/08/2017	3190.11	6.877,00	6.877,00	EMPRESTIMO CONSIGNAD		10.207,52		
								6.877,00		INSS PESSOAL		2.214,36		
								6.877,00		IRRF A RECOLHER A PMB		5.022,63		
3285	11/08/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DOS VEREADORES	1-Ban 5-Rec		8	11/08/2017	3190.11	42,66	42,66	EMPRESTIMO CONSIGNAL		17.401,85		
								42,66		INSS PESSOAL		10.207,52		
								42,66		IRRF A RECOLHER A PMB		5.022,63		
Mês de Setembro														
								42,66		EMPRESTIMO CONSIGNAL		17.401,85		
								42,66		INSS PESSOAL		10.207,52		
								42,66		IRRF A RECOLHER A PMB		5.022,63		
								47.377,00		EMPRESTIMO CONSIGNAL		17.401,85		
								47.377,00		INSS PESSOAL		10.207,52		
								47.377,00		IRRF A RECOLHER A PMB		5.022,63		



Câmara Municipal de Brejinho
 Câmara Municipal de Brejinho
 Departamento de Contabilidade
 Relação de Pagamentos

Período: 01/01/2017 a 31/12/2017

Cód. Pagto	Data	Favorecido	Tes / Ban	Orig Rec.	Documentos Pagos			Descontos			Documentos Financeiros			
					TD	Nº	Data	Elim.Desp	Valor	Nome do Desconto	Nº da Guia	Valor	TD	Valor
Mês de Novembro														
	10/11/2017							53.042,27						53.042,27
									EMPRESTIMO CONSIGNAL		18.183,93			
									INSS PESSOAL		10.207,52			
									IRRF A RECOLHER A PMB		5.788,54			
									IRRF A RECOLHER A PMB		2.187,87			
									EMPRESTIMO CONSIGNAD		18.183,93			
									INSS PESSOAL		10.207,52			
									IRRF A RECOLHER A PMB		5.788,54			
									IRRF A RECOLHER A PMB		2.187,87			
3387	10/11/2017	FOLHA DE PAGAMENTO DE FUNCIONARIOS	1-Ban 5-Rec			11	10/11/2017	3190.11	INSS PESSOAL	93	788,33	DB		8.354,48
									IRRF A RECOLHER A PMB	94	772,16	DB		9.142,81
									INSS PESSOAL	108	16,17	DB		23.665,78
									IRRF A RECOLHER A PMB	109	4.455,00	DB		40.500,00
									EMPRESTIMO CONSIGNAD	110	2.171,70	DB		40.500,00
									INSS PESSOAL	114	561,38	DB		2.838,08
									IRRF A RECOLHER A PMB	114	561,38	DB		3.399,46
									EMPRESTIMO CONSIGNAL		17.401,85			47.377,00
									INSS PESSOAL		10.207,52			
									IRRF A RECOLHER A PMB		5.022,63			
									IRRF A RECOLHER A PMB		2.171,70			
									EMPRESTIMO CONSIGNAD		17.401,85			46.269,05
									INSS PESSOAL		10.207,52			
									IRRF A RECOLHER A PMB		5.022,63			
									IRRF A RECOLHER A PMB		2.171,70			
									INSS PESSOAL	121	567,63	DB		6.309,37
									INSS PESSOAL	124	567,63	DB		6.877,00
									IRRF A RECOLHER A PMB	125	16.834,22	DB		22.557,83
									EMPRESTIMO CONSIGNAD	126	39.392,05	DB		39.392,05
									INSS PESSOAL		0,00			1.107,95
									IRRF A RECOLHER A PMB		0,00			1.107,95
									EMPRESTIMO CONSIGNAD		1.107,95			1.107,95
									INSS PESSOAL		1.107,95			1.107,95
									IRRF A RECOLHER A PMB		1.107,95			1.107,95
									Total Geral		576.652,13			576.652,13
									EMPRESTIMO CONSIGNAD		197.356,59			
									INSS PESSOAL		109.280,71			
									IRRF A RECOLHER A PMB		60.498,47			
									IRRF A RECOLHER A PMB		27.577,41			



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

25. Relatório de Gestão Fiscal referente ao último período de verificação do exercício, extraído do Sistema de Informações Contábeis e Fiscais do Setor Público Brasileiro - SICONFI.



RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Despesa com Pessoal	Despesa Executada com Pessoal	
	Despesas Executadas - Últimos 12 Meses	
	DESPESAS LIQUIDADAS (a)	DESPESAS INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS (b)
Despesa com Pessoal (Últimos 12 Meses)		
DESPEZA BRUTA COM PESSOAL (I)	-	-
Pessoal Ativo	697.748,56	0,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	697.748,56	0,00
Outras Despesas de Pessoal decorrentes de Contratos de Terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	0,00	0,00
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores de Período Anterior ao da Apuração	0,00	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00	0,00
DESPEZA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	697.748,56	0,00

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	
	Valor	% sobre a RCL Ajustada
DTP e Apuração do Cumprimento do Limite Legal	-	-
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	20.160.297,20	
(-) Transferências Obrigatórias da União Relativas às Emendas Individuais (V) (§13º, art. 166 da CF)	0,00	
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA AJUSTADA (VI)	20.160.297,20	
DESPEZA TOTAL COM PESSOAL - DTP (VII) = (III a + III b)	697.748,56	3,46
LIMITE MÁXIMO (VIII) (incisos I, II e III, art. 20 da LRF)	1.209.617,83	6,00
LIMITE PRUDENCIAL (IX) = (0,95 x VIII) (parágrafo único do art. 22 da LRF)	1.149.136,94	5,70
LIMITE DE ALERTA (X) = (0,90 x VIII) (inciso II do §1º do art. 59 da LRF)	1.088.656,05	5,40

RGF-Anexo 01 | Tabela 1.0 - Demonstrativo da Despesa com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/12/2017
Notas Explicativas	-



RGF-Anexo 01 | Tabela 1.2 - Trajetória de Retorno ao Limite da Despesa Total com Pessoal

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/12/2017
Identificação do Quadrimestre em que Excedeu o Limite e dos Períodos de Retorno	-
Notas Explicativas	



Relatório de Gestão Fiscal Simplificado
Câmara de Vereadores de Brejinho - PE (Poder Legislativo)
 CNPJ:
 Exercício: 2017
 Período de referência: 2º semestre



RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Disponibilidade de Caixa	Disponibilidade de Caixa				Disponibilidade de Caixa				EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	
	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA (a)		Restos a Pagar Liquidados e Não Pagos		OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS		INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSORCIO PÚBLICO (f)			RESTOS A PAGAR EMPENHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO
	Da Exercícios Anteriores (b)	Do Exercício (c)	Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores (d)	Demais Obrigações Financeiras (e)	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO) (g) = (a) - (b) - (d) - (e)					
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Receitas de impostos e de Transferência de Impostos - Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recasas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Recursos Destinados à Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educação e à Saúde)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Outros Destinações Vinculadas de Recursos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
Recursos Ordinários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	-1.185,43	0,00	
								-1.185,43	0,00	



RGF-Anexo 05 | Tabela 5.0 - Demonstrativo da Disponibilidade de Caixa e dos Restos a Pagar

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/12/2017
Notas Explicativas	-

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	Valor Até o Semestre
Receita Corrente Líquida	-
Receita Corrente Líquida Ajustada	20.160.297,20
	20.160.297,20

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Despesa com Pessoal	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL AJUSTADA
Despesa Total com Pessoal - DTP	697.748,56	3,46
Limite Máximo (incisos I II e III art. 20 da LRF) - <%>	1.209.617,83	6,00
Limite Prudencial (parágrafo único art. 22 da LRF) - <%>	1.149.136,94	5,70

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Dívida Consolidada	Comparativo do Saldo da Dívida	
	Saldo no Semestre	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Dívida Consolidada Líquida	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
	0,00	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Garantias de Valores	Comparativo do Saldo de Garantia	
	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017	
	Saldo Exercício até o Primeiro Semestre	Saldo Exercício até o Segundo Semestre
Total das Garantias Concedidas	-	-
Limite Definido por Resolução do Senado Federal	0,00	0,00
	0,00	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Operações de Crédito	Valor Realizado no Período	
	VALOR	% SOBRE A RCL
Operações de Crédito Internas e Externas	-	-
Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito Externas e Internas	0,00	0,00
Limite Definido pelo Senado Federal para Operações de Crédito por Antecipação da Receita	0,00	0,00

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Restos a Pagar	Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa	
	INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS DO EXERCÍCIO)
Restos a Pagar	-	-
Valor Total	0,00	-1.185,43

RGF-Anexo 06 | Tabela 6.4 - Demonstrativo Simplificado do Relatório de Gestão Fiscal - Município de Semestral

Notas Explicativas	Valores
Notas Explicativas	31/12/2017
Notas Explicativas	-
	O RGF FOI PUBLICADO NO MURAL DESTA CASA LEGISLATIVA EM 25/01/2018.

Lista de Assinaturas



Documento Assinado Digitalmente por: AMARILDO CORREIA DE LIMA, LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA
Acesse em: https://eicce.tce.pe.gov.br/epp/valida/Doc.seam?Codigo_documento:693e5b32-747e-4218-8cf2-86e641486b83

Assinatura: 1

Digitally signed by LIGEKSON SISLEY DE OLIVEIRA LIRA:06097625405
Date: 2018.01.25 15:23:05 BRST
Perfil: Titular do Poder Legislativo
Instituição: Câmara de Vereadores de Brejinho - PE

Assinatura: 2

Assinatura: 3

Assinatura: 4

Assinatura: 5

Assinatura: 6

As assinaturas digitais podem ser verificadas no arquivo PDF.



PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.

26. Aplicativo de informações estruturadas do exercício de 2017, devidamente alimentado, conforme modelo e orientações disponíveis em www.tce.pe.gov.br.

Disponível apenas em meio físico na Sede do Poder Legislativo.



**PARLAMENTO PEDRO GUEDES PINHEIRO
O PODER UNIDO É MAIS FORTE.**

27. Demonstrativo de acompanhamento das determinações e recomendações emitidas pelo TCE-PE, referentes a deliberações publicadas nos últimos 03 (três) anos, compreendendo o exercício referente ao da prestação de contas e 02 (dois) anos anteriores, evidenciadas as providências tomadas para o seu efetivo cumprimento, conforme modelo estabelecido no Anexo XVIII desta Resolução.



RESOLUÇÃO TC N° 25, de 13 de dezembro de 2017.

ANEXO XVIII

DEMONSTRATIVO DE ACOMPANHAMENTO DAS DETERMINAÇÕES E RECOMENDAÇÕES EMITIDAS PELO TCE/PE

Determinação/Recomendação	Situação	Ações	Justificativa
<p>Processo TC n°. 1500564-1</p> <p>Recomendação para levantamento da necessidade de cargos efetivos e realização de concurso público.</p>	<p>Parcialmente Implementada</p>	<p>Face às recomendações sugeridas pelo Egrégio Tribunal de Contas, foram adotadas as medidas que seguem:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Determinação imediata da rescisão do Contrato Por Excepcional Interesse Público Nº 001/2015, da Sra. Damiana Ferreira de Sousa Santos; • Determinação ao Setor Jurídico para providência, em 30 (trinta) dias, de Projeto de Lei para organizar e disciplinar norma geral para realização de Concurso Público do Poder Legislativo Municipal; • Determinação ao Departamento de Controle Interno para realização de levantamento acerca da quantidade e necessidade de abertura de Concurso Público e vagas a serem preenchidas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias. 	<p>A Câmara de Vereadores de Brejinho, como não seria diferente, tendo em vista possuir apenas 04 (quatro) vagas de cargos efetivos e, na verdade, apenas 01 (uma) de necessidade de contratação, não consegue contratar empresa do ramo para organizar o referido concurso. Tal impossibilidade decorre do fato de que nenhuma empresa possui interesse em realizar concurso público de apenas 01 (uma) vaga, ou, quando possui, solicita que sejam pagos valores de contratação totalmente incompatíveis com as condições que uma pequena Câmara de Vereadores tem de pagar</p>



Processo TC nº 151000381-6	Parcialmente implementada	<p>Face às recomendações sugeridas pelo Egrégio Tribunal de Contas, foram adotadas as medidas que seguem:</p> <ul style="list-style-type: none">• Determinação ao Setor Jurídico para providência, em 30 (trinta) dias, de Projeto de Lei para organizar e disciplinar norma geral para realização de Concurso Público do Poder Legislativo Municipal;• Determinação ao Departamento de Controle Interno para realização de levantamento acerca da quantidade e necessidade de abertura de Concurso Público e vagas a serem preenchidas, no prazo máximo de 90 (noventa) dias.	<p>A Câmara de Vereadores de Brejinho, como não se trata de uma situação diferente, tendo em vista possuir apenas 04 (quatro) vagas de cargos efetivos e, na verdade, apenas 01 (um) de necessidade de contratação, não consegue contratar empresa do ramo para organizar o referido concurso. Tal impossibilidade decorre do fato de que nenhuma empresa possui interesse em realizar concurso público de apenas 01 (uma) vaga, ou, quando possui, solicita que sejam pagos valores de contratação totalmente incompatíveis com as condições que uma pequena Câmara de Vereadores tem de pagar.</p>
----------------------------	---------------------------	---	--

Brejinho PE, em 12 de março de 2018.

AMARILDO CORREIA DE LIMA
CRC/PE Nº 022467/0-8